



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DISCURSOS SOBRE O ABORTO NA FRANÇA: PROCESSOS DE
RESSIGNIFICAÇÃO NO DISCURSO FEMINISTA E NO DISCURSO CATÓLICO**

MARIA CAROLINA DE MELO ROSA

São Cristóvão
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DISCURSOS SOBRE O ABORTO NA FRANÇA: DO DISCURSO FEMINISTA AO
DISCURSO RELIGIOSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, na área de concentração Estudos Linguísticos, vinculado à linha de pesquisa Linguagem: Identidade e Práticas Sociais, para a obtenção do título de Mestre.

MARIA CAROLINA DE MELO ROSA
Orientador: Prof. Dr. Fábio Tfouni

São Cristóvão
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Rosa, Maria Carolina de Melo
R788 d Discursos sobre o aborto na França : do discurso
feminista ao discurso religioso / Maria Carolina de Melo
Rosa ; orientador, Fábio Elias Verdiani Tfouni.– São
Cristóvão, SE, 2020.
95 f. : il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade
Federal de Sergipe, 2020.
1. Análise do discurso. 2. Aborto – França. 3.
Feminismo - Discursos, ensaios e conferências. 4.
Católicos franceses – Discursos, ensaios e conferências.
I. Tfouni, Fábio Elias Verdiani, orient. II. Título.

CDU 81'42

AGRADECIMENTOS

Breve, mas de grande importância, um agradecimento especial à minha família, por tudo. A Vinícius e aos colegas de disciplinas do PPGL, pelas trocas de conhecimentos, assim como ao meu orientador, sobretudo pela paciência. Aos meus amigos, Lucas e Carol, por me animarem no desespero e aos meus alunos queridos por me incentivarem e entenderem a situação em que eu estava. E a todos aqueles que durante a minha existência me ajudaram a compreender como o mundo pode ser maior do que nós, ao mesmo tempo em que nós somos o mundo.

RESUMO

Embora na França o aborto seja legalizado, observa-se diversos entraves ao mesmo. Em 2019, ocorreu a 13ª passeata *Marche pour la vie*, organizada por católicos conservadores ditos pró-vida. No mesmo evento, houve uma contramanifestação por parte do coletivo feminista *Witch Bloc Paname* pró-aborto. Procurando entender melhor as aparentes divergências sobre tal assunto na conjuntura francesa, neste trabalho, analisa-se como o aborto é significado no discurso dos grupos citados, a partir de textos publicados na internet, como comentários e posts no Facebook, um artigo online da revista *VICE* e imagens do site oficial do *Marche pour la vie*. Tem-se como norte teórico a Análise de Discurso e a teoria materialista do discurso pensadas por Michel Pêcheux e trabalhadas no Brasil por Eni Orlandi. Daí observa-se discursivamente as relações entre ideologia, sujeito e linguagem, entendendo-se o sujeito como um efeito ideológico. Ao se observar o processo de assujeitamento como passível a dissidências, utiliza-se as noções de bom e de mau sujeito na análise do *corpus*, construído a partir de alguns questionamentos: tratando-se do aborto, quais regularidades surgiriam ao compararmos as produções dos dois grupos? De que forma um discurso se dava em relação ao outro? Como se posicionavam os seus sujeitos dadas as condições materiais de produção do discurso? Para se analisar a produção de memórias e os efeitos nas discursividades em questão, foi necessário consultarmos também a teoria feminista, com ênfase nas obras de Simone de Beauvoir (2019) e Silvia Federici (2017), as quais, cada uma a sua maneira, tratam da condição da mulher, a qual se encontra no cerne da discussão sobre o aborto.

Palavras-chave: Análise de discurso; aborto; feminismo; militância feminista; discurso religioso; discurso feminista.

RÉSUMÉ

Même si en France l'avortement soit légalisé, on y observe plein de contraintes. En 2019, il y a eu la 13^a *Marche pour la vie*, réalisée par des catholiques conservateurs se disant pro-vie. À cet événement, il y a eu aussi la contremanifestation organisée par le collectif féministe *Witch Bloc Paname* pro-avortement. À la recherche de mieux comprendre ces dites divergences sur ce sujet dans le cadre français, dans ce travail, on analyse comment l'avortement est signifié dans le discours des groupes ci-dessus, à partir de textes publiés sur internet, comme des commentaires et des posts sur *Facebook*, un article en ligne du magazine *VICE* et des images du site officiel de *Marche pour la vie*. Étayés théoriquement sur l'Analyse du Discours et sur la théorie matérialiste du discours formulées par Michel Pêcheux et menées au Brésil par Eni Orlandi. Ainsi que l'on voit d'un biais discursif les rapports entre idéologie sujet et langage, de façon à comprendre le sujet comme un effet idéologique. Lors de l'observation du processus de soumission comme susceptible de dissidence, les notions de bon et de mauvais sujet sont utilisées dans l'analyse du *corpus*, celui-ci construit à partir de tels questions en parlant de l'avortement: Quelles régularités apparaîtraient face la comparaison des productions de deux groupes? Comment un discours se établissait par rapport à l'autre? Comment se situaient leurs sujets vue la condition matériel de la production du discours? Pour analyser la production de mémoires et les effets sur les discursivités en question, il a fallu se pencher aussi sur la théorie féministe, surtout sur les œuvres de Simone de Beauvoir (2019) et Silvia Federici (2017) qui traitent, chacune à sa façon, de la condition de la femme, laquelle se trouve au coeur de la discussion sur l'avortement.

Mots-clés: Analyse du discours; l'avortement; féminisme; activisme féministe; discours religieux; discours féministe.

ABSTRACT

Although the abortion in France is legalized, it is observed a series of hindrances to the practice. In 2019, the feminist collective Witch Bloc Paname realized a countermanifestation pro abortion. With the objective of amplifying the understanding of existing divergences on the referring topic in French conjuncture, this research analyses how abortion is signified by the discourses of selected groups through texts published on internet, as Facebook posts and commentaries, a online paper of Vice Magazine and images from Marche pour la vie official website. Discourse analysis and materialist theory are used here as a theoretical framework, having as main orientation the propositions of Michel Pêcheux and the interpretations of Eni Orlandi of the aforementioned in Brazilian academy. Therefore, by the outlook of discourse lens, the relations between ideology, subject and language are evinced and the subject as an ideological effect is brought out. When we observe the "subjection" as passible of dissidences, there are the interposition of the good and the bad subject on the corpus analysis, which was constructed by some focal inquiries: when talking about abortion, what regularities would arise from the comparison of the two groups productions? In what manner did each discourse interact with each other? How did the subjects positioned themselves within the material conditions of discourse production? To analyse the memories production and the effects of the discourse evenness in question, it was also necessary look upon the feminist theory, with emphasis on Simone de Beauvoir (2019) and Silvia Federici (2017) works, that, each in its own way, address the condition of women, which is at the heart of the discussion on abortion.

Key-words: discourse analysis; abortion; feminism; feminist militancy; religious discourse; feminist discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
2 A ANÁLISE DE DISCURSO: DE SUA CRIAÇÃO À CATEGORIAS CENTRAIS.....	12
2.1 As influências na construção epistemológica de Pêcheux.....	14
2.2 Uma crítica a psicologia social e à Análise de conteúdo.....	20
2.3 Elementos da teoria marxista.....	23
2.4 A releitura da ideologia em Pêcheux: de Marx A Althusser e a contribuição do inconsciente.....	27
2.5 Contribuições da linguística saussuriana.....	33
2.6 O discurso.....	35
2.7 A formação da subjetividade, a forma-sujeito e o sujeito do discurso: diferentes funcionamentos subjetivos.....	38
2.8 Formação ideológica, formação discursiva e o efeito de sentido.....	45
2.9 As condições de produção do discurso, o interdiscurso e o intradiscurso em questão.....	49
3 As condições de produção do discurso feminista: os estudos feministas em foco.....	54
3.1 As Ondas Feministas.....	55
3.2 A relação entre feminismo e bruxaria.....	60
3.2.1 A caça às bruxas como parte do processo de domesticação dos corpos.....	62
3.2.2 A bruxaria hoje em dia.....	64
3.3 O feminismo na França e a luta jurídica pela descriminalização do aborto.....	66
4 METODOLOGIA.....	69
4.1 Seleção e organização do <i>Corpus</i>	71
5 ANÁLISE.....	73
5.1 De S1 à S8 analisando sequências do grupo <i>Marche pour la vie</i>	73
5.2 De S8 à S17 analisando sequências do grupo <i>Witch Bloc Paname</i>	78
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

Numa perspectiva feminista, discutir o aborto é discutir a condição da mulher, inclusive quando envolve pessoas que não se identificam como tal e, contudo, por causa da presença de um útero são assim entendidas legalmente. Aborta-se por diferentes razões. Independentemente das leis do país em que se encontre. O aborto acontece sob condições diversas desde sempre. Porém, embora exista uma tendência de liberalização das práticas abortivas no mundo todo, ainda há interdição por parte de alguns governos e, na grande maioria dos países, como no Brasil, diversos fatores que as restringem. De acordo com a World Health Organization (WHO), cerca de 47.000 mulheres morrem anualmente e cinco milhões sofrem algum tipo de lesão por conta de abortos feitos sob condições de risco (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al, 2012).

Contudo, tais números não são suficientes para consolidar o aborto como um direito de todas e de todos. Em muitos lugares, ele ainda levanta discussões polêmicas que envolvem frequentemente pautas religiosas. Assim acontece na França, em que o aborto voluntário, isto é, não restrito a casos de gravidez arriscada ou resultado de estupro, consiste numa prática legalizada, realizada tanto em hospitais públicos como particulares desde 1975 (BRÉHAUX, 2018). Embora possua um Estado laico e um aparente progressismo, a França não deixa de ter uma longa história com a Igreja católica, a qual anualmente incentiva a passeata *Marche pour la vie*¹, geralmente no final de janeiro, contra a interrupção da vida, tanto no que diz respeito à eutanásia quanto ao aborto.

Em 2019, realizou-se a 13^a edição desse evento em Paris no dia 20 de janeiro, reunindo tanto católicos conservadores quanto pessoas que se posicionam contra o aborto. Contudo, nesta edição, deu-se a intervenção do coletivo feminista parisiense *Witch Bloc Paname*² dito pró-aborto que procurou fazer uma contramanifestação. Mas, ao invés de focarmos simplesmente nas diferenças estruturais do embate entre o movimento feminista e os apoiadores da passeata, limitando-nos à teoria feminista, nosso objetivo neste trabalho foi observar, dentro do campo da linguagem, quais sentidos eram produzidos sobre o aborto e sobre a própria identificação dos sujeitos em questão. Tivemos como norte teórico a Análise de Discurso e a teoria materialista do discurso pensadas por Michel Pêcheux e trabalhadas no

1 Caminhada pela vida (tradução nossa).

2 Uma tradução possível para o nome do grupo seria Bruxas militantes parisienses, uma vez que o termo Bloc remete ao Black Bloc ou Black Block que são grupos de protesto em que todos os integrantes se vestem de preto e reproduzem discursos de militância, na maior parte das vezes, ligados ao anarquismo.

Brasil por Eni Orlandi. Isso quer dizer que não trabalhamos como uma visão instrumentalizada da linguagem, mas com a noção desta em ação no mundo e em relação com a História e com os homens, produzindo materialidades. Tomamos como central a relação entre a linguagem e a categoria de sujeito, consoante a uma visão lacaniana de que o sujeito só existe na e pela linguagem. Entendemos o mesmo como um efeito ideológico, resultado do assujeitamento de indivíduos, parte de processos de identificação-sujeição que se dão no e pelo discurso, objeto primordial da Análise de Discurso. O indivíduo não possui alternativa ao assujeitamento na busca por inteligibilidade e é assumindo a forma-sujeito, numa concepção althusseriana, que ele faz sentido, no viés discursivo.

Daí que procuramos analisar os discursos produzidos por esses dois grupos nesse evento, recolhendo material empírico de fontes online para o recorte do *corpus*. Retiramos material do facebook de ambos os grupos, de um artigo da revista VICE sobre o *Witch Bloc Paname* e do site oficial do *Marche pour la vie*. É importante ressaltar que a construção do *corpus* em Análise de Discurso é ao mesmo tempo um processo de leitura e interpretação, pautado num ir e vir conceitual por parte do analista. Daí que as perguntas que direcionaram nossas escolhas na seleção das materialidades discursivas são parte do processo de interpretação e são também constituintes do próprio *corpus*.

No desenvolvimento deste estudo, introduzimos no primeiro capítulo nossa fundamentação teórica da Análise de Discurso de linha francesa, com uma visão que acompanha o desenvolvimento da teoria materialista do discurso de Michel Pêcheux. Por mais que apontemos outros conceitos, são centrais para nós entender o porquê do caráter material do sentido e a noção de sujeito do discurso. Aqui, discorreremos sobre as formas do sujeito se inscrever nas formações discursivas, destacando as três modalidades de formação subjetiva propostas por Pêcheux (identificação, contraidentificação e desidentificação) em consonância com o funcionamento ideológico. Ao observarmos o processo de assujeitamento como passível a dissidências, chegamos às noções de bom e de mau sujeito, trabalhadas por nós na análise do *corpus*.

No segundo capítulo, sintetizamos nossas leituras sobre a condição da mulher e sobre o feminismo, pensando nas ações das estruturas de poder na construção e reprodução de sujeitos e de identidades. Em relação à crítica feminista, baseamos nosso estudo principalmente nas obras de Simone de Beauvoir (2019) e Silvia Federici (2017), as quais, cada uma a sua maneira, tratam da condição da mulher: Beauvoir, em o Segundo Sexo, desmitificando a alma feminina e Federici (2017), apontando uma relação entre a caça às bruxas e a domesticação do corpo feminino. Além desta autora, recorreremos a outros estudos

para entender a relação histórica e atual do feminismo com a imagem da bruxa e com a bruxaria moderna. Além disso, voltamo-nos para a realidade francesa, apresentando brevemente o contexto do feminismo na França e a sua relação jurídica com o aborto nos últimos anos.

No terceiro capítulo, tratamos da metodologia e da análise em si. Tem-se os perfis dos dois grupos escolhidos, o *Witch Bloc Paname* e o *Marche pour la vie*, além de detalhes sobre o evento. Abordamos a questão metodológica, colocando as questões que nos nortearam na análise (tratando-se do aborto, quais regularidades surgiriam ao compararmos as produções dos dois grupos? De que forma um discurso se dava em relação ao outro? Como se posicionavam os seus sujeitos dadas as condições materiais de produção do discurso?) e como se apresenta nosso *corpus*. Depois, realizamos a análise de 19 sequências discursivas acompanhadas de imagens.

Por fim, temos a conclusão e as referências.

2 A ANÁLISE DE DISCURSO: DE SUA CRIAÇÃO A CATEGORIAS CENTRAIS

Neste capítulo, procuramos primeiramente apresentar o campo científico da Análise de Discurso (doravante AD) e a filiação da mesma na qual este trabalho se fundamenta. A AD se encontra, dentro da área de estudos da linguagem, no meio de outros estudos discursivos e possui diversas vertentes. Sabemos que a criação da AD se deu na França durante os anos 1960 e é atribuída aos nomes de Michel Pêcheux e Jean Dubois, cada um tendo realizado um trabalho autônomo e distinto, mas ambos marcados por um forte posicionamento político (MALDIDIER, 1994). No entanto, precisamos nosso norte teórico nos postulados de Pêcheux em conjunto com os de Eni Orlandi, visto a importância desta para a conjuntura da AD no Brasil e os aportes que a autora trouxe para a mesma.

Embora articule conhecimentos vindos da Linguística, da Teoria do discurso e do Materialismo histórico, atravessados pela teoria da subjetividade psicanalítica, não podemos caracterizar a AD como uma simples metodologia ou uma disciplina de recortes soltos já que essa articulação não se dá passivamente. De forma transdisciplinar, Pêcheux estabelece uma teoria com conceitos provenientes desses campos, criando uma disciplina de entremeios. Assim, a AD traz questionamentos à Linguística e ao Materialismo e aborda o inconsciente para desenvolver a noção de ideologia, tudo isso sem se perder entre essas áreas. No mesmo percurso, ela se aproxima da Filosofia e das Ciências Sociais (ORLANDI, 2007).

A disciplina propõe uma visão de linguagem não-instrumentalizada, isto é, sem limitá-la a uma perspectiva cognitivista ou como instrumento de comunicação. Ao contrário, entendendo que esta é parte do nosso agir no mundo, observa-se como a linguagem é opaca, capaz de criar hiatos e dissonâncias. Daí o interesse da AD em trabalhar os funcionamentos inscritos na linguagem, sobretudo no discurso, um dos conceitos principais que pautam este trabalho.

É importante antes ressaltar que, por ser praticada em várias partes do mundo, em cada lugar, a AD se recobre de particularidades. Isto é resultado da própria natureza da disciplina, de uma prática pautada em deslocamentos e em reconfigurações teóricas. A respeito disso, encontramos uma divisão de pensamentos entre os estudos europeus e os estudos anglo-saxônicos que ultrapassa a questão geográfica. Há uma inclinação do lado americano ao empirismo, voltando-se para a Linguística-pragmática, enquanto do lado europeu, tem-se uma base materialista "que desterritorializa a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia) na sua relação com discurso em cuja análise não se

procede pelo isomorfismo" (ORLANDI, 2011, p. 6).

No Brasil, a AD se filia, em grande parte, à vertente europeia. Existe uma forte influência da Análise de discurso dita de linha francesa na AD brasileira que faz referência, especificamente, aos estudos de Pêcheux. Aqui os estudos discursivos conseguiram se institucionalizar nos meados dos anos 80, possuindo uma importante representatividade na área principalmente graças ao trabalho de Eni Orlandi, que em sua prática epistemológica toma Pêcheux como interlocutor. Orlandi não se limitou a lê-lo, mas desenvolveu e desenvolve uma reflexão crítica de seus textos. Por isto, por mais que se articule aos princípios apontados pelo filósofo, a Análise de discurso brasileira, impulsionada pela autora, diferencia-se da linha anglo-saxã e da europeia.

Ela (a AD brasileira) vai colocar questões para essa forma de dicotomizar a história do pensamento sobre a linguagem. Porque se nessa declinação coube à Europa (apesar de M. Pêcheux) fixar-se preferentemente na escrita, e aos americanos, no oral (conversacional, pragmática etc), no Brasil a Análise de discurso não foi afetada por esta divisão imaginária entre escrita e oral. (ORLANDI, 2011, p. 7)

Nesse sentido, a AD brasileira insiste no questionamento das dicotomias e preza pelo diálogo do campo das ciências da linguagem com os das ciências humanas e sociais em geral. O que é possível graças à noção de discurso que permite a compreensão de questões antes não respondidas. Para Orlandi (2011, p. 10), "a noção de discurso permite a compreensão disto ao se colocar como lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, tomada esta não como ocultação mas funcionamento estruturado pelo modo de existência da relação língua-sujeito-história (sociedade)."

Levando esses desdobramentos como prova da natureza flexível da AD, cujas fronteiras se encontram num constante processo de delimitação em contato com outras áreas de conhecimento, lembramos o processo de revisita do próprio Pêcheux ao longo de seus estudos da teoria que propôs. Sua teoria é marcada pela publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, em 1969, mas não se resume a mesma. O processo de ir-e-vir faz parte da AD pêcheutiana e é importante que o analista tenha em mente as articulações teóricas que fazem parte do desenvolvimento metodológico, dado que não há uma metodologia pronta nessa disciplina. Esta depende de um dispositivo teórico e um analítico, construção que se ampara, por um lado, na base teórica que é a teoria materialista do discurso e, por outro, nas articulações de conceitos e o próprio recorte do *corpus* proposto pelo analista.

2.1 AS INFLUÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DE PÊCHEUX

Além dos estruturalistas, em um primeiro momento, em sua formação filosófica na École Normale Supérieure (ENS), destacamos duas grandes influências para Pêcheux: a tradição epistemológica de Bachelard³ e Louis Althusser, figura central em sua empreitada teórica. Primeiro trataremos de alguns conceitos presentes na obra de Bachelard para depois tratarmos da influência de Althusser, sobretudo no que é referente ao seu posicionamento marxista.

Na AD, a construção de um dispositivo de análise faz parte do projeto de Michel Pêcheux de mudar a forma de leitura pautada na evidência do sentido. Como apontamos anteriormente, por mais que se encontre entre as teorias do discurso, a criação da AD se deu a partir de uma ruptura com os estudos tradicionais da linguagem, em grande parte, por conta do posicionamento político de Pêcheux. Segundo Nogueira e Cestari (2013), para Pêcheux "mudar o lugar da ciência como produtora de instrumentos conceituais a serviço do sistema de dominação implicava romper com as bases do trabalho científico e da dualidade homem/técnica". Marxista⁴ e filósofo de formação, ele criticava as categorias duais do idealismo, que marcavam o estado das ciências sociais nessa época e, em especial, criticava a Psicologia social. No início de sua carreira, ele publicou mais de um artigo com este teor crítico sob o pseudônimo de Thomas Herbert, como Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social de 1966 e em Observações para uma teoria geral das ideologias de 1967. Tais trabalhos esclareciam dois pontos, os quais se encontravam interligados: " 1. O estado das ciências era um tanto pré-científico; 2. O estabelecimento de uma ciência necessita um objeto científico"(GADET; HAK, 1997, p. 15).

No primeiro ponto, observamos que Pêcheux desconsiderava a prática científica da época. Como Herbert, apresentou a prática em si como "todo processo de transformação de uma matéria – prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados" (HERBERT, 2011, p. 24). Daí que este processo se dividiria em outros tipos de prática, como prática técnica, prática política, prática ideológica, prática social, prática teórica. Por exemplo, a primeira abordaria a transformação de recursos da natureza em produtos técnicos, de acordo com uma certa demanda, a segunda a passagem de um tipo de relação social para outro e a

3 Inclusive Pêcheux escreve um resumo sobre o mesmo em parceria com Balibar em 1969.

4 O pensamento marxista ou o Marxismo é fruto da colaboração entre Karl Marx e Friedrich Engels, sendo o primeiro mais responsável pela produção teórica do mesmo e o segundo por sua divulgação.

terceira um trabalho envolvendo o surgimento de uma nova consciência a partir de uma antiga. No contexto da ruptura epistemológica, interessa-nos mais falar da prática teórica, destacando a necessidade da criação de um instrumento científico em sintonia com uma construção teórica adequada. Mais especificamente no segundo ponto, embora seja uma observação do conjunto dos textos em questão, Pêcheux demarcou a importância do instrumento científico. Ele abolia tanto o esquecimento do papel do mesmo como o uso indiscriminado de um instrumento qualquer na prática científica.

Essa preocupação com a epistemologia é em grande parte devido à influência dos estudos de Gaston Bachelard, cuja tradição epistemológica, nos anos 60 do século passado, fomentava uma grande problematização na prática da construção do conhecimento científico. Com uma postura que pode ser considerada anti-empirista, Bachelard separava radicalmente o conhecimento comum do científico, estabelecendo um “corte epistemológico”. Ele distinguia que o senso comum possuía uma visão unitária da realidade, ao passo que as perspectivas científicas multiplicavam a noção desta. Por um lado, compreendia que o senso comum era capaz de uma percepção empírica do objeto como algo dado. De outro, que o mesmo diferia na reflexão científica como resultado paralelo de uma teorização (NARZETTI, 2008).

A leitura de Bachelard propõe uma reflexão sobre a teorização científica, já que suas ideias abordavam a necessidade de se reformular conceitos e categorias vigentes até então na história das ciências. Essa influência se encontra sobretudo na fase inicial de Pêcheux, embora, como nos lembra Narzetti (2008), não se perpetue da mesma forma ao longo do percurso do autor. Em Pêcheux, encontramos o desenvolvimento desse pensamento na proposição de condições em que um objeto é estabelecido no domínio científico e da existência de um “processo de 'reprodução metódica' deste objeto, isto é, o processo através do qual uma ciência explora, do interior, seu próprio discurso, testando sua consistência e necessidade” (GADET; HAK, 1997, p. 16).

Pêcheux distinguia dois momentos inerentes à Ciência: o primeiro de caráter teórico-conceitual e o segundo de “natureza conceitual e experimental”. Mas, para que haja ciência, ele afirmava a necessidade, antes de tudo, de uma ruptura no campo ideológico, ocasionada por uma transformação conceitual. Isto porque Pêcheux se referia, num primeiro momento, à noção marxista de ideologia (noção discutida mais adiante) como alienação, inversão da realidade, referindo-se sobretudo ao jugo da Ciência à ideologia burguesa, daí sua afirmação sobre a necessidade de uma ruptura entre teoria e ideologia (como se pudessemos ter uma produção teórica de fato isenta de qualquer valor ideológico).

num certo sentido, toda ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção. Além do mais, tal objeto não pode se destacar, através do jogo de um questionamento aleatório, da natureza que progressivamente o delimitaria tornando visíveis suas características (GADET; HAK, 1997, p. 16).

Para Bachelard e, posteriormente, como vimos, para Pêcheux, na perspectiva científica é necessário um instrumento específico para se apreender um objeto. Isto é, “é preciso que o fenômeno seja selecionado, filtrado, mastigado, passado pelo moinho da instrumentalização, produzido no plano dos instrumentos. Assim os instrumentos não passam de materializações teóricas. Daí derivam fenômenos carregando em seu conjunto todo a marca da teoria” (BACHELARD, 1937 apud HELSLOOT; HAK, 2000, p. 9, tradução nossa)⁵. Como Bachelard, Pêcheux falava da importância do instrumento científico e apontava a possibilidade de uma transposição de uso de instrumentos utilizados em práticas técnicas para práticas científicas. No entanto, ele refutava a validade de instrumentos científicos emprestados de outros campos sem uma apropriação teórica ou criados a partir de teorias homogeneizadoras e a-históricas.

Explicitada a importância desse autor, voltamos para figura de Louis Althusser, o qual foi professor de Pêcheux na ENS (DELACAMPAGNE, 1997 p. 220 apud NARZETTI, 2008) e, em seus seminários, no grupo de estudos que coordenava, além de promover a releitura de autores como Lacan, Foucault e Lévy-Strauss, discutiu e analisou Marx com seus alunos. Por vezes associado ao estruturalismo⁶ vigente dos anos 60 do século passado, assim como Lacan, não era, entretanto estruturalista, embora em alguns textos iniciais tenha feito uso de uma linguagem que remetia ao movimento. Nesse sentido, podemos observar inclusive em Análise automática do discurso de Pêcheux, de 1969, uma forte referência às noções de estrutura.

É importante lembrarmos da conjuntura histórica na França em 1968, país tanto de Althusser como de Pêcheux, ano marcado pelos movimentos sociais e estudantis, com greves operárias e confrontos sindicais. Nesse período, o movimento comunista francês, foi alvo de críticas de Althusser por suas decisões por vezes contrárias ao movimento estudantil e em relação às reivindicações políticas do movimento operário (ALTHUSSER, 1983). Temos que o posicionamento político de Althusser era, em muitas partes, semelhante ao de Pêcheux. Para Althusser, havia uma relação não tradicional entre filosofia e política que se evidenciara com

5 “Alors il faut que le phénomène soit trié, filtré, épuré, coulé dans le moule des instruments, produit sur le plan des instruments. Or les instruments ne sont que des théories matérialisées. Il en sort des phénomènes qui portent de toutes parts la marque théorique”.

6 Essa corrente é marcada pela noção de estrutura, pela sistematização, aplicada a todos os campos e que deriva da ordem do simbólico, tal como trabalhado por Lévy-Strauss.

o Marxismo: A filosofia é fundamentalmente política e, ao mesmo tempo, ligada às ciências. Isto porque a primeira é, em última instância, luta de classes em teoria. Em uma entrevista ao L'Unitá, publicada em 1968, ele aponta que

1 — As posições de classe que se afrontam na luta de classe são “representadas” no domínio das ideologias práticas (ideologias religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc.) por concepções do mundo de tendências antagônicas ou em última instância idealista (burguesa) e materialista (proletária). Qualquer homem tem espontaneamente uma concepção do mundo.

2 — As concepções do mundo são representadas no domínio da teoria (ciências + ideologias teóricas” nas quais mergulham as ciências e os cientistas) pela filosofia. A filosofia representa luta de classes na teoria. Eis porque a filosofia é uma luta (Kampf, dizia Kant), e luta fundamentalmente política, luta de classes (...)

3 — A filosofia existe desde que existe o domínio teórico: desde que exista uma *ciência* (em sentido estrito). Sem ciências, não existe filosofia, mas apenas concepções do mundo (...) (ALTHUSSER, 1977, p. 47).

Para Althusser, a filosofia marxista-leninista ou o materialismo dialético revolucionara duplamente a filosofia como um todo, numa luta pela hegemonia pelas concepções de mundo travada contra o idealismo. Teoria e prática, representadas pela teoria marxista e pelo movimento operário, encontrariam-se unidas então em uma arma capaz da revolução. Encontramos em Pêcheux também a noção de luta relacionada ao trabalho de produção dos conhecimentos marxistas-leninistas. Segundo o mesmo,

Dizer que toda ciência é sempre investida (circundada e ameaçado) pelo “ideológico” é reconhecer, vamos repetir, que a luta entre materialismo e idealismo é uma luta sem fim, de modo a não ser jamais atingida uma situação inexpugnável que constituiria por si mesma um certificado e uma garantia de materialismo (PÊCHEUX, 1997, p. 199).

É importante lembrarmos que o Marxismo compreende uma teoria política, social e econômica, a qual se encontra na origem do campo científico do Materialismo histórico e do campo filosófico do Materialismo dialético. Ele engloba hoje diferentes vertentes socialistas, como o Marxismo ortodoxo e o Marxismo ocidental, as quais foram duramente criticadas por Althusser pelos reducionismos que fizeram da filosofia marxista. Ele via com suspeita os revisionismos e os efeitos da influência e domínio da ideologia burguesa sobre o Marxismo,

inclusive no que diz respeito a contestação da distinção na teoria marxista de uma ciência e de uma filosofia. Como ele repetiu várias vezes, Marx criou a ciência da história, provocando uma revolução filosófica, visto que filosofia e ciência estão interligadas. No entanto, a seu ver, no geral (embora aponte exceções), suprimir a filosofia dessa relação, seria cair no positivismo, só restando a ciência e, em contrapartida, o contrário nos deixaria apenas com o subjetivismo filosófico.

Como dissemos, Althusser propôs uma releitura de Marx, sobretudo de *O Capital*, que é, a princípio, um ler filosófico. No entanto, Althusser não via em *O Capital* uma teoria completa, já que este se concentra sobretudo em detalhar o modo de produção capitalista no nível econômico. O que não significa que não haja na obra, como aponta Narzetti (2008, p. 33-34), “elementos teóricos suficientes para a elaboração da teoria das superestruturas do modo de produção capitalista, bem como outros elementos que possibilitam elaborar teorias de outros modos de produção”. Como Althusser, Pêcheux renegava o Marxismo como uma ciência régia, totalizante. Em parceria com Fuchs, também criticou “o uso espontaneamente imobilista e classificatório (de que não se pode impedir a ocorrência) dos conceitos vindos do marxismo”(FONSECA; BECK; ESTEVES, 2012).

Relembramos que Pêcheux se preocupava com a adequação do instrumento científico simultaneamente com a própria apreensão do objeto da ciência, mas ao pensar na questão da prática teórica, levava em consideração elementos da teoria marxista. Podemos dizer que a sua leitura de Marx se baseava nas proposições de Althusser, sobretudo no que diz respeito a importância da luta de classes como elemento constitutivo e atravessador do Marxismo.

Além disso, Althusser foi responsável pelo conceito de ideologia trabalhado por Pêcheux em *Semântica e discurso*, tratado mais adiante. De modo que Pêcheux, influenciado pela empreitada de Althusser⁷ de esboçar uma teoria das ideologias e pela sua visão crítica das Ciências sociais, concebe a AD, num primeiro momento, pensando na necessidade de um instrumento científico capaz de operar uma mudança profunda nessa área. Como destaca Helsloot e Hak (2000, p. 21, tradução nossa) “o desenvolvimento de um instrumento da Análise de discurso não trata de uma simples empreitada técnica; mais que isso, é parte constitutiva do projeto fundador de uma psicologia social científica”⁸.

Anos depois dos artigos publicados sob o pseudônimo Herbert, Pêcheux retomou a questão do corte epistemológico em *Semântica e discurso*, mas desta vez realizando uma

7 A entrada de Pêcheux no Laboratório de Psicologia Social do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) e o encontro com Michel Plon e Paul Henry são igualmente importantes.

8 "le développement d'un instrument d'analyse de discours n'est pas une simple entreprise technique; bien plus, il s'agit d'une partie constitutive du projet de fondation d'une psychologie sociale scientifique" (citação original).

articulação com a noção de forma-sujeito e com a evidência do sentido. Para ele, o questionamento destes dois elementos se encontrava intrinsecamente associado ao momento histórico que marca a inauguração de uma ciência dada. Ainda, “a especificidade de todo corte é, parece-nos, a de inaugurar, num campo epistemológico particular, uma relação do pensamento com o real, de tal modo que o que é pensado não seja, como tal, sustentado por um sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 193). Daí ser crucial uma teoria em que se analise a forma-sujeito, tendo em conta que os “conhecimentos (empíricos, descritivos, etc.)” anteriores ao corte continuam “inscritos na forma-sujeito, isto é, que eles existem sob a forma de um *sentido evidente* para os sujeitos – seus suportes históricos –, através das transformações históricas que afetam esse sentido” (PÊCHEUX, 1997, p.1 92).

Diferente dos seus primeiros trabalhos, a questão do conhecimento epistemológico é tida aqui referente a discursividade. Nessas condições, o efeito do conhecimento se inscreve como um efeito de sentido no funcionamento de uma formação discursiva. Ao analisar a questão da produção de conhecimento em relação aos processos discursivos, Pêcheux procurou desfazer as proposições que sustentam essa produção como algo evidente. Segundo o mesmo,

é impossível continuar mantendo por mais tempo a evidência segundo a qual é o homem, o sujeito, atividade humana, etc., que produz os conhecimentos científicos. Sem dúvida – pensar-se-á imediatamente diante do idealismo “evidente” desta primeira solução –, não é o Homem que produz os conhecimentos científicos, são os homens, em sociedade e na história, isto é a atividade humana social e histórica (PÊCHEUX, 1997, p. 190).

No entanto, mesmo essa segunda proposição é por ele descartada, já que não traz uma referência materialista às relações de produção e ao modo de produção aí implicado. Para Pêcheux, a luta de classes e as relações de produção são constituintes da sociedade e da história. Como já afirmavam Marx e Engels, a luta de classes constitui o motor da história.

Ora, a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o “bom lado” da história se oporia o “mau lado”; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma “inovação nas mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos do pensamento”, etc., mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria

produção econômica (PÊCHEUX, 1997, p. 190).

Contudo, embora destaque a implicância da produção econômica nesse processo, Pêcheux não ignorava a atuação de outros fatores não-econômicos nas condições de reprodução/transformação das relações de produção em que se inscrevem as condições de produção dos conhecimentos científicos. Ainda assim, acabamos de observar como o pensamento epistemológico de Pêcheux se formou ao longo dos anos sob as influências não só de Gaston Bachelard, como de Louis Althusser e do pensamento marxista. Tudo isso, culminou na teoria materialista do discurso que, como dissemos, buscava se distinguir da prática científica anterior encontrada nas ciências sociais, diferenciando-se da psicologia social, assim como da Análise de conteúdo. Ao contrário desta, cujo interesse inicial, em seu desenvolvimento, era de ser uma técnica para se decodificar mensagens, interpretar metáforas e procurar captar efeitos que as mesmas provocariam nos leitores, a AD pêcheutiana “aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica” (GADET; HAK, 1993, p. 8), visando desautomatizar a relação com a linguagem instaurada até então por influências da fenomenologia e da hermenêutica.

2.2 ELEMENTOS DA TEORIA MARXISTA

Visto a importância do marxismo no pensamento epistemológico pêcheutiano, abordamos aqui alguns elementos que atravessam de certa forma ou fazem parte da teoria materialista do discurso. A necessidade desse percurso se reafirma mais adiante ao tratarmos dos estudos feministas, sobretudo em relação ao trabalho de Silvia Federici e a sua crítica ao Marxismo.

Primeiramente, lembremos a fala de Althusser (1977) de que a teoria de Marx compreende uma ciência (o Materialismo histórico) e uma filosofia (o Materialismo dialético), sendo o seu centro e núcleo a luta de classes. Os fundamentos do Marxismo se encontram em *O Capital*, obra icônica, cuja leitura não se resume a um tratado de economia. Como resume Althusser (1997, p. 71):

Não existe produção econômica “pura”, não existe circulação (trocas) pura, não existe distribuição “pura”. Todos estes fenômenos econômicos são processos que tem lugar *sob relações sociais* as quais são, em última instância, debaixo das suas “aparências”, relações de classes e relações de classes antagônicas, quer dizer, relações de luta de classes.

Ou seja, Marx não se limitou em discorrer uma crítica à economia clássica. Ele expôs a relação entre a economia, tida como a atividade de produção e de troca, e a constituição/perpetuação das classes sociais. Segundo Althusser (1997, p. 71), Marx entendia que “todas as condições da produção, da circulação e da distribuição capitalista (toda a denominada economia política) são dominadas e penetradas pela existência das classes e da luta de classes).

O *Capital* discorre essencialmente, de forma teórica, sobre o modo de produção capitalista, colocando em destaque a luta de classes como consequência da exploração de classe, exploração baseada na mais-valia. O que nos importa aqui é, principalmente, observar a condição da luta de classes em relação aos modos de produção que se pautam em divisões de classe, ou seja, em que uma classe domina a outra. Dominação que surge da necessidade humana de produzir para existir, mas que se ampara sobretudo nas condições desiguais dessa produção. Assim *O Capital* é um ponto de partida para a teoria marxista, cujo olhar histórico tem base na existência material do homem.

Temos então que a existência é determinada pelo trabalho e pelas relações de trabalho. Segundo Beauvoir (2019), para o Materialismo histórico o homem deixa de ser uma espécie para constituir uma realidade histórica. Isto porque o Marxismo não se apoia nas aparências essencialistas, conforme a natureza, mas entende o indivíduo na sociedade como um produto histórico.

Cabe aqui evidenciarmos a observação de Beck (2012, p. 137-138) sobre a impossibilidade de se tomar como sinônimos sociedade e formação social, noção usada no Marxismo e por Pêcheux, “falar de formação é um modo de trabalhar as noções epistemológicas histórica e politicamente, não ontologicamente”. Ou seja, a comparação dos dois termos produziria um reducionismo da complexidade histórica e estrutural do segundo. Ainda é interessante trazermos a diferença do termo sociedade para Hegel e para Marx,

Hegel pensa uma sociedade como uma totalidade, enquanto Marx a pensa como um todo complexo, estruturado e com uma dominante (...) para marcar que na concepção marxista duma formação social tudo se relaciona, a independência de um

elemento não é mais do que a forma da sua dependência, e o jogo das diferenças é regulado pela unidade de uma determinação em última instância: o todo marxista é complexo e desigual (ALTHUSSER, 1997 apud BARONAS, 2011, p. 169).

Não obstante, podemos citar a figura do edifício que Marx utiliza para falar dos níveis que formam a estrutura de toda a sociedade. Dessa forma, há na base do edifício as determinações dadas pela infraestrutura, articulando as relações de produção e as forças produtivas. E na parte superior, a superestrutura, “que compreende 'dois níveis' ou 'instâncias': a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc...)” (ALTHUSSER, 1977, p. 60).

Seguindo essa perspectiva, assume-se que toda formação social possui um modo de produção vigente. Segundo Althusser, “se considerarmos que toda formação social é resultado de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção aciona as forças produtivas existentes em e sob relações de produção definidas” (1977, p. 54). Além disso, é vital que se garanta simultaneamente a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes. Consequentemente, todo homem se encontra inserido num modo de produção e é por este condicionado. Para Marx (1983, p. 25): “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.” Cada modo de produção se desenvolve estabelecendo diferentes tipos de relações de trabalho. No caso do capitalismo, em que essas relações se dão por meio de uma divisão em classes, temos um modo de produção que se baseia consequentemente na luta de classes, uma vez que uma classe (a dominante/burguesa) busca operar controle sobre a outra (a proletária).

No entanto, esse controle não é uma evidência para o operário, que assume seu lugar no modo de produção. A causa se encontra no próprio funcionamento da sociedade capitalista, a qual precisa garantir a reprodução das condições materiais da produção, mas primordialmente manter a reprodução da força de trabalho, a qual entendemos tanto como “elemento material e quantitativo do processo de produção e como 'conjunto da classe trabalhadora” (1977, p. 10). Uma forma de fazê-lo é por meio do salário, cuja determinação parece se ancorar em fatores que não a necessidade real dos gastos dos trabalhadores. Depois, temos a qualificação da classe trabalhadora, responsável pela sua diversificação e especificação. Segundo Althusser (1977), ao se preparar cada trabalhador para um cargo, ocorreria também um processo de submissão à ordem vigente. Quando falamos de

preparação, referimo-nos desde os processos efetuados na e pela escola até a qualificação recebida pelos funcionários de uma firma pela própria.

Essa submissão a qual nos referimos, é desenvolvida no Marxismo na forma da ideologia. Marx não somente desenvolveu os conceitos de classe social e de luta de classes, mas precisou se amparar na noção de ideologia como forma de dominação social. Tem-se aqui que essa dominação garante a reprodução do modo de produção que desenvolve e se constitui numa divisão de classes, como é o caso do modo de produção capitalista. De tal forma que nessa perspectiva a ideologia possui uma conotação pejorativa pois conserva

o significado napoleônico do termo: o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, dar por diante, um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com o real (CHAUI, 2004, p. 11)

Tida como um afastamento, é uma inversão da realidade cuja causa provém da não participação dos responsáveis pelos conjuntos de regras e representações da esfera em que se dá a produção material das condições de existência. Uma vez que eles não participam da produção, conseqüentemente suas ideias carregam essa desvinculação.

Ou seja: as ideias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas ideias revelam tal separação, o que aparece é que as ideias é que estão separadas do mundo e o explicam. As ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados – aqueles que estão fora da produção material direta – mas como entidades autônomas descobertas por tais homens (CHAUI, 2004, p. 26).

Em outras palavras, para Marx, a ideologia se constitui na supremacia das ideias em detrimento da práxis. É um processo de alienação pois trabalha ocultando as contradições reais que são características de todo modo de produção cujo modelo é a divisão de classes. Nesse sentido, tem-se que, tomadas como entidades autônomas e modelos da verdade, as ideias parecem estar em contradição com o mundo, quando na verdade elas não condizem com a realidade das relações sociais e das forças produtivas.

Assim, por exemplo, faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens. Ora, na realidade sabemos que isto não ocorre. Nossa tendência, então, será a de dizer que há uma contradição entre a ideia de educação e a realidade. Na verdade, porém, essa contradição existe porque simplesmente exprime, sem saber, uma outra: a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores. Porque estes se encontram excluídos do direito de usufruir os bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens. Em geral, o pedreiro que faz a escola; o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas, são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida (CHAUI, 2004, p. 26).

Com esse recorte da ideologia e de alguns pontos centrais do pensamento marxista, passamos para como essa noção é trabalhada na obra de Althusser e repensada posteriormente por Pêcheux dentro dos estudos discursivos.

2.3 A RELEITURA DA IDEOLOGIA EM PÊCHEUX: DE MARX A ALTHUSSER E A CONTRIBUIÇÃO DO INCONSCIENTE

No campo das Ciências Sociais, o conceito de ideologia sofreu altos e baixos. Popular no século XIX, foi central para o desenvolvimento do pensamento marxista, mas também teve sua importância em reflexões sociais como nos trabalhos de Karl Mannheim, Jürgen Habermas e Émile Durkheim. No entanto, no período que concerne a guerra fria a meados dos anos 80, perdeu sua significância devido a crise do marxismo nas ciências humanas e o aumento do pensamento liberal e, foi somente com o enfraquecimento do mesmo nos anos 90, que a noção de ideologia voltou a ser alvo de interesse acadêmico (MOTTA; SERRA, 2014).

No entanto, para AD este foi um conceito fundador, tendo como pilar o texto de Louis Althusser Sobre a reprodução, uma versão ampliada do artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, de 1970. Diferente de Marx que toma a ideologia como algo negativo, Althusser a coloca como parte inerente do processo de subjetivação, distinguindo-se da visão negativa da mesma na teoria marxista e tentando superar a noção de falsa consciência.

Primeiramente, para entender o funcionamento ideológico na construção do sujeito é fundamental observar a contribuição dos estudos psicanalíticos ao trabalho de Althusser (e Pêcheux) no que diz respeito a desmistificação do *Homus psicologicus*, empreitada que começou com Freud, mas com a qual Lacan em muito contribuiu, não apenas por lutar contra

os reducionismos feitos à obra do primeiro, mas também por sua releitura.

Freud, como Marx, foi responsável pela criação de uma nova ciência, tomando o inconsciente como objeto. Seu trabalho, embora por muito tempo alvo de críticas e falta de reconhecimento, apresenta “uma *teoria* e uma *técnica* (método) que permitem o conhecimento e a transformação do seu objecto numa *prática* específica” (ALTHUSSER, 1977, p. 18).

Ao longo de seus estudos, Freud negou a centralidade do sujeito na consciência, retirando o privilégio dos pensamentos conscientes e mostrando que há outros processos psíquicos em jogo. Logo, independente da consciência, operam à margem desta, outros funcionamentos que caracterizam o sujeito não mais como uno e sim cindido, sem um eixo em que se centram os processos psíquicos.

Em outras palavras,

O sujeito é descentrado, isto é, carente de um centro ordenador. As elaborações efetuadas na primeira tópica colocam em cena a idéia de um sujeito caracterizado pela ruptura, pelo estiramento. A formulação do aparelho psíquico composto por três sistemas – o consciente, o pré-consciente e o inconsciente – remetem precisamente à noção de divisão e descentramento do sujeito. A elaboração de que o inconsciente é um sistema constituído por representações associadas umas às outras de acordo com as leis do deslocamento e da condensação, de que ele se constitui na verdadeira instância onde os pensamentos se produzem, e de que esses pensamentos inconscientes podem encontrar um meio de expressão simbólica na palavra, formam, em síntese, o ápice das elaborações freudianas presentes na primeira tópica (BARATTO, 2009).

É a essa instância que Pêcheux articulará não somente o funcionamento ideológico como apoiara uma interpretação da primeira tópica freudiana para falar dos dois tipos de esquecimentos inerentes ao discurso, abordados mais a frente, baseando-se na divisão entre “sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”.

O que nos interessa aqui, contudo, é perceber que a cisão do sujeito psicológico abre espaço para funcionamentos outros, que interrogam o sujeito cartesiano dono de sua razão. É na possibilidade desse sujeito cindido, fragmentado, que as teorias da ideologia buscam se firmar. Dentre os muitos autores que propuseram desenvolvê-la, Althusser nos é relevante pela contribuição materialista que consegue oferecer à teoria, viés seguido após por Pêcheux.

Contudo, é importante frisarmos que a tese proposta por Althusser apresenta lacunas e como coloca Guilhon Albuquerque, no prefácio de *Aparelhos de Ideológicos de Estado*, existem muitas contradições em seu desenvolvimento. Citando uma, não há uma distinção

clara feita por Althusser do que seria o poder de Estado, o que se resumira numa distinção entre Estado e detenção do poder de Estado, implicando em um problema de definição dos aparelhos ideológicos de Estado (doravante AIE). A contradição principal aqui é que estes constituem parte fundamental para o desenvolvimento do caráter material das ideologias em sua tese.

De qualquer forma, apresentamos brevemente a noção de AIE como colocada por Althusser, trazendo algumas observações de Albuquerque a respeito. Optamos por apresentar os quatro pontos pilares da teoria das ideologias althusseriana e como ela se encontra na obra de Pêcheux, mais especificamente como ele a abordou em Semântica e discurso.

Em primeiro lugar, o conceito de AIE se pauta na noção que Althusser faz do Estado. Relembramos que há um problema teórico apontado por Albuquerque que parte da articulação (mais para junção) não fortuita da teoria marxista do Estado, com os conceitos elaborados por Engels de infraestrutura e superestrutura e o conceito de Sociedade Civil de Gramsci. Althusser abordou inicialmente o Estado a partir de sua definição do Marxismo clássico, ou seja, como aparelho de Estado.

Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (...) e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração (ALTHUSSER, 1985, p. 63)

Mas o que ele faz em seguida é situar essa definição como, na verdade, aparelhos repressivos do estado, ou seja, cuja base de ação é, de certa forma, primeiramente a violência. Daí a necessidade de complementar a teoria com algo a mais: os aparelhos ideológicos de Estado.

Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Ou seja, existe uma multiplicidade de AIE, cuja base de ação é predominantemente ideológica. Além disso, eles se caracterizam, segundo Althusser, como meio e lugar da luta de classes.

Dissemos que os AIE são essenciais para se entender a teoria da ideologia de Althusser, isto porque a relação entre os aparelhos e a ideologia configura um dos pontos da tese althusseriana. Mas quais seriam esses quatro pontos?

Tal tese propõe, em primeiro lugar, que as ideologias possuem um caráter material, isto é, sua existência não se dá no plano das ideias. Segundo Althusser (1985), as ideologias atuam na reprodução das relações de produção, elas constituem as condições que operam na existência material, apresentando-se finalmente em um conjunto de práticas.

Em segundo lugar, como falamos de relações de produção, temos uma relação dos mecanismos ideológicos com o enquadramento da divisão de trabalho e a tomada de lugares na produção. Tais mecanismos atuam produzindo o efeito do “reconhecimento da necessidade da divisão do trabalho e do caráter *natural* do lugar determinado para cada ator social na produção (ALTHUSSER, 1985, p. 9)”.

Em terceiro lugar, essa tomada de posição se dá pelo processo de assujeitamento: um duplo reconhecimento do indivíduo tal como sujeito e com o Sujeito “absoluto”. Este é, em cada ideologia, a representação de uma certa entidade abstrata a quem se submete, a princípio, o sujeito.

Um indivíduo crê em Deus, no Dever, ou na Justiça, etc [...] O indivíduo em questão conduz-se de tal ou tal modo, adota tal ou tal comportamento prático e, o que é mais importante, participa em certas práticas regulamentadas que são aquelas do aparelho ideológico de que “dependem”, as ideias que ele livremente escolheu com toda a consciência, enquanto sujeito. Se crê em Deus, vai à Igreja para assistir à Missa, ajoelha-se reza, confessa-se [...] Se crê no Dever, terá os comportamentos correspondentes e inscritos em práticas rituais [...] Se crê na Justiça, submeter-se-á sem discutir às regras do Direito [...] (ALTHUSSER, 1977, p. 111-112).

Por último, temos que o caráter material do mecanismo ideológico se encontra em instituições concretas, isto é, os AIE. Os aparelhos, como dissemos, são múltiplos e, acrescentamos, distintos, mas agem na constituição dos sujeitos, operando, segundo Althusser, o funcionamento da ideologia dominante.

No geral, por mais que a ideologia represente uma relação imaginária de indivíduos, é a relação dos mesmos *com* suas reais condições de existência. O funcionamento da ideologia é

pautado pela sua existência contínua e constitutiva em um aparelho ou em uma prática que está ligada ao modo de produção. Como Althusser propôs (1974 apud GRANGEIRO, 2005, p. 3) “a ideologia exprime sempre seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe”.

Voltando-nos para Pêcheux, a teoria althusseriana é retomada sobretudo no que diz respeito a sua relação com o modo de produção e com o processo de assujeitamento. Assim como Althusser, Pêcheux não a vê separada da realidade. De fato,

A região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada com a materialidade econômica: mais especificamente, o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinada em última instância” pela instância econômica na medida em que aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base (PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

Além disso, a proposição da existência material da ideologia se desdobra em Pêcheux na sua articulação com o materialismo, levando-nos a questão da necessidade que os modos de produção têm de garantir a reprodução dos meios de produção formados, isto é, pela reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes. Ele nos lembra novamente em Semântica e discurso que existem outras instâncias que atuam nos processos envolvendo os modos de produção, mas o seu foco é o papel da ideologia na reprodução/transformação das relações de produção. Reprodução e transformação são aqui tratadas em conjunto uma vez que essas relações não se reproduzem sem sofrerem nenhuma influência, devido o caráter " intrinsecamente contraditório" de todo modo de produção que opera na divisão de classes.

Ou seja, entendemos que a ideologia, no processo de formação dos sujeitos, atua na construção de evidências, o que os leva, a princípio, a aceitar como natural a divisão de classes e a tomar como suas, ideias que são exteriores a si, com o detalhe de que essas ideias se tornam constitutivas do próprio sujeito e se reproduzem em práticas.

Partindo disso, Pêcheux observa a perpetuação de práticas políticas e da produção de conhecimento sob o viés das condições *ideológicas* da reprodução das relações de produção. No entanto, ainda como aponta Grangeiro (2005), ele redimensiona a noção ao demarcar a característica de transformação dessas relações. Na observação do papel dos AIEs na manutenção das relações de produção, Pêcheux afirma que estes não são “a expressão da

dominação da ideologia dominante [...] mas sim que eles são seu lugar e o meio de realização” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). De tal forma, os AIEs são atravessados pela luta de classe, uma vez que não são um instrumento isolado da classe dominante, sendo também local de transformação.

Depois de tratar das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, Pêcheux (1997, p. 149) apresenta as duas proposições de Althusser citadas anteriormente de forma sintética: “1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Pêcheux discorre primeiramente sobre ideologias múltiplas e, em seguida, sobre um termo geral tanto para ideologia como para sujeito, no sentido de “toda ideologia” e de “todo sujeito”. É a partir dessas proposições que ele trata depois da Ideologia (em maiúsculo, termo geral) como uma realidade *omni-histórica* (aqui pensamos em como a Ideologia é abstrata e atravessa a história).

Mas, sobretudo, é partir da segunda proposição que, entrando na questão da interpelação, vista em Althusser como o mecanismo ideológico de assujeitamento em que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 93), que Pêcheux discorre sobre o sujeito do discurso. A questão do sujeito, categoria essencial na AD, encontra-se atrelada ao funcionamento ideológico, isto porque o próprio é um efeito ideológico.

Além disso, dissemos que a AD dialoga com conceitos desenvolvidos por Foucault, cuja genealogia influencia o trabalho de Pêcheux. Porém, no caso da ideologia, essa relação é inicialmente caracterizada por um afastamento, já que o autor de *Arqueologia do Saber* não trabalha com essa noção, assim como descarta a noção de cultura, por entender ambas como vagas.

Ele refuta tanto o termo **ideologia** como **cultura**, os quais minimizariam a dimensão discursiva em prol de vagas “representações”. Além disso, assim como as noções de “ciência” e de “teoria”, essas palavras evocam de uma ou de outra forma uma tendência a pares opostos do tipo **ciência/verdade, ideologia/erro** ou algo a que concebia como o sonho de uma transparência do saber livre de “falsas representações” ou “falsas consciências”. As produções discursivas para Foucault são muito mais que « representações » visto que são elas as ferramentas efetivas de controle e de (trans) formação dos indivíduos (BARONAS, 2011, p. 36-37).

Da parte de Pêcheux, no início do projeto da teoria materialista, existe um forte associação aos postulados de Althusser, em que as condições do dizível se dão diretamente

atreladas à questão ideológica e, conseqüentemente, dentro da perspectiva da luta de classe. É desta abordagem que se fixará a categoria de formação discursiva, dependente de uma de formação ideológica, numa relação direta e composta de unidades homogêneas.

No entanto, o afastamento que há entre Foucault e Pêcheux aos poucos diminui, com Pêcheux revisitando seus conceitos de caráter globalizantes.

Naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os aparelhos ideológicos do estado são por sua própria natureza plurais: eles não formam um Bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política, etc) contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção (PÊCHEUX, 1990, p. 54).

Como vemos em *Rémontons de Foucault a Spinoza* (1990), há uma revisão dessa unicidade e da associação de um para um até então imposta. Isto, porque, na relação língua / sujeito/ ideologia, há uma conjuntura que se constrói nos entremeios do particular com o universal, “do particular com o universal, do singular com o coletivo em um sentido mais amplo do Um com o Outro” (HARTMANN, 2005, p. 1). Trata-se do pensamento marxista da contradição dos “dois mundos em um só”, de que “o gérmen do novo está dentro do velho” que é reformulada por Lênin: “o um se divide em dois”. Em outras palavras, que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, ela só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 1990, p. 55).

Participando de uma análise que observa as transformações resultantes da luta de classes, é crucial entender “o mecanismo que permite ao sujeito enunciar e acreditar que sua palavra é idêntica à representação que faz do mundo, apagando outros possíveis modos de nomear e dizer” (ROMAO, 2011, p. 155-156). Mas, de forma conjunta, torna-se crucial operar com a categoria da ideologia atentos a essa condição de existência da mesma.

2.4 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E AS CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA SAUSSURIANA

Como já dissemos, Pêcheux buscou com a Análise de discurso criar uma nova forma de se entender a leitura e a linguagem. Nessa empreitada, ele precisou repensar também a noção de língua, procurando se afastar dos resquícios teóricos da hermenêutica literária herdados pelos diferentes tipos de análise de conteúdo. Vemos que havia um objetivismo científico recorrente na época da criação da AD que se pautava na crença de uma opacidade da linguagem. Tratavam-se os textos de maneira objetiva "como se eles fosse uma população de palavras, sobre os quais poder-se-ia realizar uma espécie de demografia estatística quantitativa" (PÊCHEUX; GADET, 1991, p.94).

No entanto, Pêcheux era um estudioso que se voltava para o funcionamento, muito mais do que para a função. Seu interesse pelo marxismo e pela noção de ideologia se associavam à sua compreensão da ação da linguagem nas relações de produção e na luta de classes. Ao duvidar do dizer e ouvir ancorados nos processos conscientes de interpretação, ele pautou uma nova forma de leitura que foi também influenciada pelo estruturalismo, corrente dominante na Linguística da época, e do pensamento do linguista Ferdinand Saussure, sobretudo em Análise automática do Discurso de Pêcheux, de 1969. Pêcheux trabalhou com a teoria da ideologia em associação com o estruturalismo linguístico, a partir do deslocamento saussuriano, desenvolvendo num primeiro momento em seu trabalho a noção da língua enquanto sistema (GADET; HAK, 1997).

Aqui ressaltamos a contribuição na obra pêcheutiana de Saussure, que também priorizava o funcionamento da linguagem. Ele foi o responsável por diferenciar linguagem de língua e de fala, priorizando o sistema e a sistematicidade da língua. Segundo o mesmo, a língua e a fala são manifestações da linguagem, que por ser multifacetada apresenta uma grande dificuldade para se delimitar uma unidade. Logo, ele definiu a língua como objeto da linguística por ser uma manifestação coletiva e, por esta razão, parte essencial da linguagem, consistindo num “conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2004, p. 17).

Em contrapartida, Saussure apontou a fala como “[...] um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (2004, p. 22). Por vê-la como uma manifestação subjetiva, ele a desconsiderou como objeto de análise e se voltou para a língua, caracterizando-a como um sistema coletivo de signos linguísticos⁹ cujo funcionamento

9 Lembramos que o signo linguístico é formado por uma união arbitrária de um sentido e de uma imagem acústica, também denominados respectivamente de significado e de significante.

interno a torna independente de qualquer ordem exterior. De fato, o valor do signo linguístico é referencial de acordo com a posição do mesmo no sistema da língua. Daí a analogia desta com uma partida de xadrez. As duas apresentam uma mesma realização, diferindo apenas pela última se tratar de uma realização artificial daquilo que a língua aponta de forma natural.

Para entender melhor essa analogia e como se dá a questão do valor, vemos que,

Primeiramente, uma posição de jogo corresponde de perto a um estado da língua. O valor respectivo das peças depende da sua posição no tabuleiro, do mesmo modo que na língua cada termo tem seu valor pela oposição aos outros termos. Em segundo lugar, o sistema nunca é mais que momentâneo; varia de uma posição a outra. É bem verdade que os valores dependem também, e sobretudo, de uma convenção imutável: a regra do jogo, que existe antes do início da partida e persiste após cada lance. Essa regra, admitida de uma vez por todas, existe também em matéria de língua; são os princípios constantes da Semiologia. Finalmente, para passar de um equilíbrio a outro, ou – segundo nossa terminologia – de uma sincronia a outra, o deslocamento de uma peça é suficiente; não ocorre mudança geral. Temos aí o paralelo do fato diacrônico, com todas as suas particularidades (SAUSSURE, 2004, p. 104).

Essa metáfora ressalta como a multiplicidade de combinações possíveis que atribuem forças diferentes a cada peça é o que caracteriza o próprio sistema. Como coloca Ribeiro (2016, p. 1078), “tem-se a compreensão de que a língua se dá como um jogo de suas unidades uma em relação à outra”. Contudo, essa noção de sistema não basta em AD para explicar como os sentidos do dizer deslizam para outros. Ao apontar a existência dos efeitos de sentidos e discutir o processo de produção dos mesmos, Pêcheux ressignifica o valor linguístico. Observa-se em relação ao trabalho de Chomsky sobre as fronteiras entre o gramatical e o não-gramatical que há na verdade uma ligação entre ambos, a língua não se encontra separada do que lhe seria “externo”, ela faz sentido a partir da possibilidade do sem-sentido (PÊCHEUX; GADET, 1991).

Lembramos que Saussure também aponta a língua como uma instituição social. Essa afirmação nos leva a questionar o funcionamento desse sistema, já que como outra instituição, ela é regida por mecanismos complexos que ultrapassam o entendimento de seus usuários. Como aponta Pêcheux,

De fato, é inegável que um dos resultados mais decisivos da sociologia contemporânea consiste precisamente em saber distinguir a *função aparente* de uma instituição e seu *funcionamento implícito*; as normas dos comportamentos sociais

não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o locutor (in GADET; HAK, 1997, p. 76).

Assim, por existir funcionamentos implícitos em relação com/à língua, que aí encontramos equívocos.

O equívoco é contra a idéia do sentido único do enunciado; este permite leituras múltiplas. O sentido não está “colado” na palavra, é um elemento simbólico, não é fechado nem exato, portanto sempre incompleto; por isso o sentido pode escapar. O enunciado não diz tudo, devendo o analista buscar os efeitos dos sentidos e, para isso, precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável através da interpretação. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681)

Vemos dessa forma que, embora a noção de sistema e de sistematicidade tenham sido importantes, ela não se mantém ao longo do desenvolvimento da AD, pois parte de uma perspectiva abstrata da língua enquanto um sistema fechado nele mesmo. Segundo Orlandi (2009, p. 19), “a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma”. É ao tomarmos a língua no mundo que somos capazes de apreender as diversas maneiras de significar. Ou seja, em AD não se opõe língua e fala como manifestações dissociadas, separando o social do histórico, mas se apreende processo e resultado de forma conjunta. Daí podermos dizer que o estruturalismo linguístico trouxe aportes para a AD pêcheutiana, assim como a dicotomia saussuriana, no entanto, Pêcheux não se limitou a ver as regras da língua como regras categóricas. Ao contrário, para ele, são essas regras que possibilitam os jogos ideológicos e a produção dos efeitos de sentidos no campo da discursividade, esta dividida entre estrutura e acontecimento.

2.5 O DISCURSO

Das reflexões sobre o funcionamento da língua em relação à ideologia e às condições de produção, teoriza-se um objeto que procurar dar conta das práticas de linguagem no mundo: o discurso. Esse termo polissêmico etimologicamente apresenta uma ideia de

movimento, de deslocamentos de palavras (ORLANDI, 2007, p. 15).

Texto e discurso não são equivalentes para Pêcheux (GADET; HAK, 1997, p. 79) e não devem ser analisados como tal. Para ele, a categoria do discurso leva em conta o homem falando, em relação com as condições de produção em que se insere. Assim, é “necessário referi-lo ao conjunto dos discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção”.

Segundo Orlandi (2012), a noção apresentada por Pêcheux tira o foco da mensagem e do esquema elementar da comunicação (baseado em emissor, receptor, código, referente e mensagem) ao mostrar que os elementos do esquema se atravessam e que a linguagem não é, afinal, uma simples transmissão de informação. Existe todo um processo complexo em que se constitui sujeitos e sentidos afetados tanto pela língua quanto pela história. Daí a definição dessa autora do discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores” (ORLANDI, 2009, p. 21).

Ao que acrescenta Malidier (2003, p. 21): “o discurso deve ser tomado como um conceito que não se confunde com o discurso empírico sustentado por um sujeito, nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional de linguagem”. Nesse sentido, além de mudar a perspectiva tradicional em que a linguagem era entendida, voltar-se para o estudo do discurso nos faz perceber a sua ligação com a prática política. Para Pêcheux, a linguagem se articula aos processos que autenticam ou não as relações sociais de produção.

Quando alguém se vê obrigado a ocupar um lugar dentro de um sistema de trabalho, este processo já se deu anteriormente; tal pessoa sabe, por exemplo, que é um trabalhador e sabe o que tudo isto implica. O mesmo acontece quando alguém é, por exemplo, nomeado juiz. O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as consequências. Para compreender como este processo se situa em um mesmo movimento, ao mesmo tempo realizado e mascarado, e o papel que nele desempenha a linguagem, devemos renunciar à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Isto não quer dizer que a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente a parte emersa do iceberg (HENRY, 1969, p. 26).

Isto porque é no discurso que a prática política reformula a demanda social. Assim, pela intervenção deste, Pêcheux busca romper com a visão instrumentalizada da linguagem e tomá-la a partir de sua relação com a ideologia e com a história.

Mas, antes de encerrarmos essa parte, acrescentamos que essa preocupação na percepção do discurso no campo do político e do social constitui um ponto de contato com a

noção proposta por Michel Foucault, autor de *Em As Palavras e as Coisas*. Nessa obra, Foucault analisa a construção do saber na passagem da época clássica para a época moderna em diversos campos. Como coloca Baronas,

através dessa análise, ele aponta as relações entre dizer e fazer. Distanciando-se tanto da idéia de que a palavra é a coisa, como da concepção platônica de linguagem como representação, Foucault defende que a palavra institui a coisa, ou seja, se a linguagem se coloca em movimento pelos discursos, então, são esses discursos que instituem os objetos de que falam; é a discursivização, o falar sobre que constitui o “referente”. Assim sendo, ele não procede a sua análise partindo do sujeito ou do objeto porque, para ele, esses elementos não existem a priori. Eles só vão existir a partir do momento em que forem constituídos por uma prática dentro de uma sociedade, como por exemplo, o corpo (2011, p. 34).

Observamos aí um ponto de contato entre as ideias de Pêcheux e de Foucault no que diz respeito ao afastamento de uma concepção platônica da linguagem. Outro ponto que poderíamos acrescentar é a noção de “formação discursiva” discutida pelos dois. Além disso, ambos dividiam um interesse pela história das ciências e das ideias (HENRY, 1993, p. 38)

Mas, em contrapartida, voltando-se aos discursos que fundamentam as ciências humanas, no intento de compreender o funcionamento destes, Foucault rompe com os postulados estruturalistas de Saussure. Ele não os toma mais como

conjuntos de signos e elementos significantes que remeteriam a determinadas representações e conteúdos [...] mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos (BARONAS, 2011, p. 1).

Para Baronas, em detrimento da própria categoria do discurso, Foucault acentua a importância do estudo da ação dos dispositivos reguladores dos discursos. Assim, considera a aproximação entre o autor de *Arqueologia* e o de *AAD* como problemática, já que seus fundamentos epistemológicos são diferentes. Não podemos ignorar que, de um lado, o trabalho de Foucault se constitui numa base historicista e, de outro, o de Pêcheux em uma base marxista-lenista.

2.6 A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE, A FORMA-SUJEITO E O SUJEITO DO DISCURSO: DIFERENTES FUNCIONAMENTOS SUBJETIVOS

Vimos que a cisão do sujeito proposta pela Psicanálise possibilitou repensar a concepção do mesmo a partir de funcionamentos que explicariam as suas falhas e equívocos. Segundo Magalhães e Mariani (2010, p. 5), “desde que Freud trouxe para a investigação científica o conceito de inconsciente, não se pode mais, sem perda da objetividade do ser, tratar o sujeito pelo cogito cartesiano do consciente”. Mas se Freud introduz o inconsciente, Lacan o associa à linguagem de forma estrutural. Ao falar da formação subjetiva, Lacan afirma que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (NOMINÉ, 2012, p. 21).

Observamos que Lacan também parte da dicotomia saussuriana, mas ele estabelece uma teoria do significante com base na relação fundamental que se dá pela operação de um sujeito da cadeia de significantes. De acordo com Ferreira (2002), “O significante só pode passar para o plano da significação porque há um sujeito operando a cadeia do significante”. Mas o sujeito da linguagem proposto por Lacan, embora interesse Pêcheux, é apenas um ponto de partida para aquilo que será o sujeito do discurso. Aqui ressaltamos que a questão do sujeito já começara a ser introduzida na reflexão sobre a ideologia, como efeito desta, por Althusser. Embora constitutiva da teoria das ideologias propostas por Althusser, temos que o mesmo não foca numa relação entre linguagem e ideologia, embora aponte a evidência da transparência da linguagem e o sujeito como efeito ideológico. Considerando que os postulados da AD são atravessados pela questão da luta de classes e retomando a noção de ideologia, tem-se que “o conceito de discurso é introduzido por Pêcheux justamente para inter-relacionar o 'sujeito da linguagem' e o 'sujeito da ideologia’” (DEUSDARA, 2006, p. 22). Ou seja, é pelo discurso que Pêcheux estabelece uma relação entre linguagem e ideologia.

Visto que o autor busca romper com a associação direta do discurso com a mensagem, desfaz também, ao tratar de discurso como parte da tríade linguagem-ideologia-mundo, a noção de sujeito posto a priori. Isto porque é no discurso que podemos observar a existência da categoria sujeito como apresenta Pêcheux. Daí podermos afirmar ainda que, na AD, “não há sujeito sem língua, nem língua sem sujeito, de modo que em vez de instâncias autônomas elas devem se afetar mutuamente, de modo que é necessário incluir (como já está incluído) os conceitos de sujeito efeito e de efeito sujeito” (TFOUNI, 1998, p. 22).

Se dissemos que o discurso se diferencia da mensagem, na perspectiva dos estudos enunciativos, também o sujeito do discurso se diferencia do emissor da mensagem. A

categoria de sujeito desenvolvida por Althusser e depois por Pêcheux nos faz repensar a noção de sujeito tido como causa de si, cuja origem remonta ao conceito filosófico do sujeito livre. É uma abordagem que se dá nos estudos enunciativos ou pragmáticos, em que o sujeito é senhor de si. No entanto, essa proposição é vista na AD como um efeito ideológico, efeito do processo de interpelação e assujeitamento.

Segundo Orlandi,

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, (a AD) trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (2009, p. 17).

Ou seja, a categoria de sujeito surge numa relação intrínseca com a ideologia, uma vez que “esta tem por função (que a define) 'constituir' indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1977, p. 115). O sujeito é antes uma construção ideológica, ele não possui uma existência independente e anterior. Por meio do processo de interpelação, desde sempre, todo indivíduo se constitui em sujeito.

A interpelação se constitui na e pela linguagem, operando no nível do simbólico. O que nos lembra de que não há indivíduo que se encontre fora da linguagem; o estar no mundo compreende desde sempre um estar na linguagem.

Falar implica incluir o lugar de onde se fala e a fala do Outro – lugar do simbólico –, mesmo que isso não seja transparente para o sujeito. Falando, o sujeito não está em simbiose com o mundo. Ao entrar na linguagem e ao estabelecer uma distância entre as palavras e as coisas, distância necessária para constituição da subjetividade, o sujeito se vê submetido ao funcionamento de uma estrutura linguística ou seja, encontra-se submetido a uma estrutura de linguagem, por um lado, e a sentidos já constituídos na historicidade e na memória, por outro (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 393).

O sujeito não se encontra apenas submetido aos sentidos, mas há uma relação entre ambos, isto por serem efeitos ideológicos. Pêcheux trata dessa questão em *Semântica e Discurso* após abordar o funcionamento ideológico e as condições ideológicas nas relações de produção. Ele se pauta na aproximação feita inicialmente por Althusser de que há o

funcionamento ideológico operando na construção do sujeito assim como na evidência do sentido. Se o sujeito se toma como origem ou causa de si, ou se uma palavra designa algo para alguém, evocando um sentido dado, é por conta da ação da ideologia.

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo — ideológico — de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências — como se a linguagem e a história não tivesse sua espessura, sua opacidade — para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2009, p. 45-46).

No caso da evidência do sujeito, podemos ainda adicionar que implica um sujeito único, insubstituível e, como dissemos, origem de si mesmo. Tudo isso ocultando, de certa forma, o paradoxo do sujeito ser sempre já sujeito. Como aponta Pêcheux, não é possível no processo de interpelação que o sujeito substitua o indivíduo em sua proposição teórica.

Isso cortaria pela raiz qualquer tentativa que consistisse em *inverter*, pura e simplesmente, a metáfora que liga o sujeito e as diversas “pessoas morais”, as quais, à primeira vista, parecem ser sujeitos constituídos a partir de uma coletividade de sujeitos, e dos quais se diria, invertendo a relação, que essa coletividade, como entidade pré-existente, que impõe sua marta ideológica a cada sujeito sob a forma de uma “socialização” do indivíduo nas “relações sociais” concebidas como relações intersubjetivas (PÊCHEUX, 1997, p. 155).

Daí Pêcheux falar do efeito retroativo da interpretação da interpelação que coloca o indivíduo como sempre-já-sujeito e que o efeito da evidência da identidade sempre presente causa um sentimento de absurdo e de um estranhamento familiar. A este efeito, ele associa à noção do pré-construído, cujo efeito “consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado 'antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 1997, p. 156). Em outras palavras, o sujeito não é a origem do que fala, mas antes retoma uma rede de discursos outros.

O sujeito não escapa deles, só pode falar a partir deles. A posição em que o sujeito se encontra não é vista por ele mesmo com transparência; o sujeito não vê necessariamente a realidade de sua posição. Assim, efetiva-se uma espécie de alienação ou divisão, de forma que o sujeito pode ter uma posição no sentido estrito (sociológico), mas o lugar de onde ele fala não é tomado por ele nesse sentido — este lugar está transformado (TFOUNI, 1998, p. 32-33).

Tido como uma modalidade discursiva, esse efeito do pré-construído opera por contradição, isto é, independentemente do sujeito estar ciente ou não da discrepância que ocorre no processo de identificação/interpelação. Nesse caso, Pêcheux retoma o pensamento de Lacan sobre o significante. Isto é, ele parte da questão do significante/sujeito representar algo para um outro significante, afirmando que o sujeito é um processo de representação que se encontra interior ao não-sujeito e que se encontra preso a uma rede de significantes. Não apenas isso, ele aponta também a existência de um apagamento concorrente a esse processo, em que, no interior do sujeito, este esquece que resulta de um processo. Pêcheux chamou este apagamento de “efeito Münchhausen”, em alusão a uma série de fantasias metafísicas, por conta da questão da causa.

Pensando na existência do acobertamento das determinações constitutivas do sujeito, observamos novamente o funcionamento da Ideologia em geral e a interpelação para apontarmos que, no processo de assujeitamento ao Sujeito, não há (não pode haver) no imaginário do sujeito “(lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade)” o reconhecimento da sua subordinação, “já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*” (PÊCHEUX, 1997, p. 163). De tal modo, temos que a formação da subjetividade se dá determinada pelo real (o exterior), constituindo o efeito-sujeito como um interior sem exterior.

Da relação da essência do real ao efeito representado por um sujeito, Pêcheux coloca como meio dessa associação a forma-sujeito. A mesma é definida por Althusser como o revestimento necessário a todo indivíduo humano para sua compreensão nas relações sociais, isto é, “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”(apud PÊCHEUX, 1997, p. 183). Como retoma Queiroz (2005) a fala de Courtine e Maradin (1981), “a forma-sujeito é entendida como processo imaginário de identificação do que se dá como sujeito da enunciação concreta”.

Pensando em suas propriedades discursivas, acrescentamos à questão da exterioridade que, no caso do sujeito do discurso, essa é tida como o próprio interdiscurso. Daí Pêcheux afirmar que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade(imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla-forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (1997, p. 163).

Essa identificação não acontece, no entanto, de forma perfeita e homogênea. Mas, antes de passarmos para as modalidades introduzidas por Pêcheux na formação da subjetividade, ressaltamos que a forma-sujeito do discurso é, entre outras coisas, dada a partir de uma tomada de posição. Em outras palavras, “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”(ORLANDI, 1999, p. 11).

No primeiro momento do projeto da AD, fala-se de uma posição em uma formação discursiva (doravante FD), tratada a seguir, em que o sujeito é “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidos (isto é reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). No entanto, essa definição é revista por Pêcheux (1990) por conta de seu caráter fechado, em que se supõe a relação de um sujeito a uma só FD, como se os processos ideológicos e da linguagem não sofressem atravessamentos. Com a reformulação, a univocidade do sujeito em relação à FD é colocada em questão, em consequência, desconfigura-se as fronteiras desta.

Mas a tomada de posição é também parte do processo de identificação e pode ser lugar de tensão entre o sujeito e a FD. Isto também porque como dissemos os processos de identificação não se dão de apenas uma forma. Ao tratar da questão da prática política do proletariado e da produção do conhecimento, Pêcheux abria espaço para refletir os efeitos paradoxais destes na constituição da forma-sujeito.

todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável (PÊCHEUX, 1997, p. 214).

Entendemos o sujeito-responsável como o sujeito de seu discurso, o qual também

associamos ao sujeito da enunciação. De acordo com Pêcheux, tendo relação com o funcionamento do pré-construído e com o efeito-transverso, tratado mais adiante, existem diferentes desdobramentos na forma-sujeito, os quais são resultados de processos de identificação que não se dão de maneira una. Esses processos ocorrem entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, o qual compreendemos como o Sujeito, isto é, o Outro em questão. Em Semântica e discurso, Pêcheux aponta três variações de modalidades subjetivas que ocorrem na interpelação/identificação.

A primeira modalidade apresenta uma identificação completa por parte do sujeito da enunciação com o Sujeito. Essa identificação se dá pela superposição do primeiro em relação ao segundo, ou seja, o espelhamento entre os dois é total e espontâneo. O sujeito do discurso, de bom grado, reproduz a ideologia a qual se submete e é por isto definido como “bom sujeito”. Segundo Pêcheux (1997, p. 215), nessa modalidade “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos 'em plena liberdade”.

Beck faz uma crítica da superposição completa do sujeito que nos interessa para pensar a questão do sujeito-ego-consciente que se daria nesse caso. Vemos que “esse efeito sujeito representaria uma total reprodução não apenas das condições de produção, mas também da forma-sujeito, sem lugar para falhas, mancadas, tropeços desse mesmo sujeito”(BECK, 2012, p. 141). Logo, mostra-se necessário repensar o processo que se dá nessa modalidade levando em conta a instância do inconsciente.

Nessa reformulação possível, Beck sugere a presença de um hiato no processo de identificação do bom sujeito, isto é, uma certa impossibilidade em refletir perfeitamente o Sujeito da ideologia. Entendemos que assim o sujeito não reflete perfeitamente a imagem do Outro, mas persiste na tentativa. Beck exemplifica esse caso com a imagem do bom cristão, que não busca se igualar a Cristo, mas fazer o seu melhor para salvar as almas perdidas.

Já a segunda modalidade trata de um afastamento entre o sujeito da enunciação e o Sujeito da ideologia. Aqui o sujeito se volta contra o conjunto de práticas do Outro e nega a identificação com a evidência ideológica em questão. É um caso que podemos ilustrar com traços linguísticos como “essa suposta crise” ou “isso que você chama de Deus” ou “o que você chama de Governo”. Nessa contraidentificação, produz-se então o contradiscurso, de caráter político e filosófico, e temos o mau sujeito, que procura se distanciar da formação discursiva imposta pelo interdiscurso.

Em relação a essa modalidade, trazemos outra crítica de Beck, que procura diminuir a noção do distanciamento:

O que está em jogo, ora, não é simplesmente uma discordância incompleta, mas um ligeiro deslocamento discursivo em relação ao discurso reproduzido na memória da FD dominante. Esse ligeiro deslocamento discursivo não chega a efetuar uma ruptura entre sujeito e Sujeito, entre sujeito e a forma-sujeito da formação discursiva, mas engendra espaços não dominantes no âmbito dessa mesma FD, imbricada a outras (BECK, 2012, p. 149-150).

Já na terceira modalidade, Pêcheux destacou o papel da prática ideológica do proletariado e o fato desta agir sobre a forma-sujeito. O efeito dessa ação resultaria numa desidentificação, isto é, de uma *tomada de posição não-subjetiva*, mas o que para Pêcheux não significa uma anulação da forma-sujeito. A dificuldade aqui se dá por conta da falta de uma apreensão possível de conceitos científicos no funcionamento de uma FD e, conseqüentemente, a falta de uma representação correspondente. Ainda assim, essa desidentificação é tida como:

um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”. A ideologia – “eterna” enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às avessas, isto é, sobre e contra si mesma, através do “dessarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (PÊCHEUX, 1997, p. 217-218).

As modalidades propostas por Pêcheux não se encontram isentas de críticas, como bem vimos. O próprio Pêcheux retificou suas proposições posteriormente. Isto é, acerca da primeira modalidade, ele questionou a afirmação total da completude da superposição e, acerca da terceira modalidade, por conta de um problema teórico que desse conta de seu funcionamento, esta foi desconstruída.

Ainda retomando Beck em relação a este tópico, o mesmo faz uma contribuição interessante ao comentar o processo de resistência-revolta-transformação citada por Pêcheux em seu posterior texto de retificação. Beck indaga se cada momento dessa tríade não corresponderia a cada um dos processos nessa mesma sequência.

Ou seja, o bom sujeito mantém-se identificado ao Sujeito, mas também resiste a Ele; o mau sujeito se contraidentifica ao Sujeito e, por isso mesmo, se revolta contra Ele;

e o feio sujeito se desidentificaria e, por conseguinte, teria condições de subverter suas coordenadas ideológicas, de revolucionar as relações de forças (BECK, 2012, p. 152).

Finalizando a questão do sujeito, destacamos que, embora neste trabalho, apoiemo-nos no primeiro e segundo processo de identificação apresentados, diante da demanda de nosso dispositivo, levamos em conta que mesmo o bom sujeito é um sujeito clivado, em que opera o funcionamento do inconsciente, e é assim espaço de lapsos e falhas.

2.7 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E OS EFEITOS DE SENTIDO

Desde o início, esclarecemos que AD questiona a opacidade da linguagem. Tanto Pêcheux como seus colaboradores refutam a noção de que as coisas significam por si só, isto é, que os significantes possam estar atrelados aos significados. Ao contrário, observamos neste campo que a língua é passível de deslizamentos, o que é uma das razões que possibilitam os significados de surgirem e de se transformarem. Uma vez que há uma relação entre a língua e o seu exterior, há uma materialidade linguística que é significada na e pela ação ideológica.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Quando um objeto simbólico se reveste de sentidos, ele significa para e por sujeitos. Ou seja, a questão do sentido está ligada à questão do sujeito. Tanto um como outro resultam de efeitos ideológicos. A ideologia opera na construção da evidência transparente para o sujeito que, num processo de significação dado, toma o sentido em questão como evidente. Assim, temos que o caráter material desde é mascarado, assim como o fato da evidência ser um efeito ideológico.

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) (ORLANDI, 1999, p. 46).

A remissão citada é trabalhada por Pêcheux (1995) tendo como base a dependência constitutiva do sentido em relação ao todo complexo das formações ideológicas. Sobre essa dependência, ele desenvolve duas teses.

A primeira consiste no fato do sentido resultar de uma inscrição do sujeito numa formação discursiva (posição) em relação com uma formação ideológica (conjuntura). Os sentidos dependem das posições sujeito dadas em uma formação ideológica específica, pois dependem da formação discursiva em que são produzidos. Há em jogo determinações sócio-históricas que marcam esses posicionamentos e que são também posições ideológicas. Daí que as palavras mudam de sentido dependendo da posição tomada, isto é, da formação discursiva, em questão.

É em relação às formações discursivas que podemos dizer que a palavra “terra”, por exemplo, significa diferentemente para os índios, para os grandes proprietários rurais, para o MST, etc. Isto porque eles estão em posições sujeitos inscritos em diferentes formações discursivas que, em última instância, refletem, no discurso, as posições ideológicas e determinam seus sentidos (ORLANDI, 2007).

Uma das partes do processo de criação de sentido na AD envolve o funcionamento da formação discursiva, já que junto às posições assumidas pelos sujeitos, é a instância em que se constituem as significações. Pensando na legitimidade de um dizer, a formação discursiva é definida inicialmente em associação a um domínio de saber, composto por enunciados discursivos que, no plano da representação, relacionam-se a uma ideologia em questão e como “aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito” ou como “o lugar da constituição do sentido (sua ‘matriz’, por assim dizer)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160-162).

Temos que as FD fazem parte da conjuntura sócio-histórica, sendo atravessadas pela luta de classes. Mas, principalmente, tratando-se de análise, compreendemos que elas permitem ao analista estabelecer certas regularidades no funcionamento discursivo e analisar

a ligação dos sentidos em um dado momento em uma conjuntura específica.

Mas, não obstante, observamos que as FD não são apenas uma delimitação das possibilidades de fala. Segundo Pêcheux (1997, p. 161), tratando da materialidade do discurso e, por consequência, do sentido, as formações discursivas “representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Ele ainda precisa que o processo de interpelação seria a identificação de um indivíduo em sujeito-falante pela FD, visto que ela entra no lugar de uma Formação ideológica.

Outro ponto desenvolvido por Pêcheux a respeito das FD e, que nos leva a demarcá-la inicialmente como uma construção aparentemente fechada e homogênea, é a proposição que trata de seus processos internos. Partindo de uma reflexão da relação entre a base linguística e o processo discursivo-ideológico, ele destaca novamente a impossibilidade de uma palavra ou de uma expressão possuir um sentido literal, estável e independente de outros fatores. No lugar disto,

ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que as palavras, expressões e proposições *literalmente* diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido (PÊCHEUX, 1997, p. 161).

Ou seja, de certa forma, a palavra significa em relação a outras palavras. Isso nos relembra o postulado saussuriano sobre o valor referencial do signo linguístico, mas, que no quadro da AD, ganha sentido por conta da discursividade, isto é, por fazer parte de um discurso em que se materializam funcionamentos ideológicos, por ser ao mesmo tempo estrutura e acontecimento. Devemos frisar ainda que essa relação de uma palavra com outra reflete, como vemos mais adiante, a relação contínua de um discurso com outro, traçando e retraçando constantemente as suas fronteiras.

Ainda sobre a citação de Pêcheux, essa possibilidade de deslocamento de sentidos, dentro de uma formação discursiva dada, em relação aos significantes, caracteriza o que ele chama de processo discursivo. Pêcheux acrescenta que esse processo concerne as relações de substituição, como paráfrases, sinonímias, entre outros fatos de linguagem.

Sobre a segunda tese de Pêcheux, tratando das formações discursiva e ideológica e dos efeitos de sentido, deparamo-nos com a existência condicionante de dependência da FD com

o interdiscurso e conseqüentemente com o todo complexo com dominante. Isto porque

o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

Temos que essa relação é mascarada pelo efeito da evidência do sentido constituído na formação discursiva e que esse ocultamento é constitutivo da mesma. O interdiscurso determina a FD, enredando-a, atravessando-a com memórias outras, constituindo-a como o exterior que significa, intrincado no complexo das formações ideológicas.

No entanto, é importante destacar que, atualmente, tornou-se problemático corresponder diretamente uma formação ideológica com uma formação discursiva específica (BARONAS, 2011). O que se explica ao relembrarmos o questionamento da univocidade e das categorias globalizantes levado por Pêcheux, ainda mais no que tange as FD. Como coloca Orlandi (2009, p. 44), “Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”.

Como dissemos, não basta pensar na FD como um conjunto fechado em si mesmo. Substituindo então a primeira formulação de Pêcheux, compreendemos a FD como

uma unidade dividida, a qual, embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, ela não é una, mas heterogênea, não de forma accidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma f.d. coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças (INDURSKY, 2007).

Essa reformulação traz um destaque da alteridade na distinção da FD, o que implica uma mudança de perspectiva, em que as fronteiras da FD são mais maleáveis. Aqui observamos um paralelo com as reflexões de Authier-Revuz (1990) a respeito da heterogeneidade da linguagem e da presença do outro, tomado de uma perspectiva psicanalista, que se marca ou não linguisticamente no discurso. O pensamento dessa autora, reforça a existência de um atravessamento de uma formação discursiva por outras, levando-nos a considerar que “nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’,

‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais ‘viveu sua existência socialmente sustentada’”(1990, p. 27).

2.8 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO, O INTERDISCURSO E O INTRADISCURSO EM QUESTÃO

Para se observar a produção de sentidos é necessário se voltar para o discurso sem separá-lo das condições de produção em que os dizeres são significados. Condições que não tratam de posições empíricas, mas que se significam na relação da história com a sociedade. É esse quadro que possibilita a emergência do discurso e de seus sentidos.

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa (...) (PÊCHEUX, 1969, grifo do autor, p. 77 in GADET; HAK, 1997)

Ou seja, as condições de produção não dizem respeito apenas a situação enunciativa. Na formulação de Jakobson, há seis elementos em todo processo de comunicação: emissor, destinatário, mensagem, referente, código e canal. Pêcheux revê esse esquema, realizando deslocamentos fundamentais: o discurso ocupando o que era o lugar da mensagem e há a introdução das representações dos lugares ocupados no interior de uma formação social nos processos discursivos.

Dito de outro modo, o que funciona nos processos discursivos não são ‘organismos humanos individuais’ que falam a respeito de objetos do mundo físico, mas formações imaginárias que designam o lugar que o emissor e o destinatário atribuem a si mesmos e ao outro (imagem que constroem para si de seu próprio lugar e do lugar do outro), sustentando pontos de vista acerca de um referente que também participa das condições de produção do discurso na condição de objeto imaginário (DEUSDARA, 2006 p. 19).

Segundo Orlandi (2009), as condições de produção ocorrem num sentido horizontal, isto é, num contexto imediato, ou num sentido vertical, isto é, amplo, em relação com a exterioridade. No primeiro, tem-se a observação do local de produção, dos sujeitos, das relações entre sujeito e interlocutor, no tipo de suporte. No segundo, interpreta-se os sentidos produzidos pela memória discursiva.

No contexto amplo, há a formação de uma rede histórica em que os discursos vão se conectando, é o que chamamos de interdiscurso, que trata da memória discursiva, dos dizeres já-ditos que dizem respeito a constituição dos sentidos. Na sua totalidade, ele não é analisável, precisando ser feito discursividade, fazer sentido. Para tanto, como coloca Augustine (2007, p. 305), é preciso que “outros sentidos (possíveis) permaneçam não-ditos e, assim, se apaguem para o sujeito. Esse processo de discretização se dá na e pela enunciação, no acontecimento do dizer que (re)atualiza as relações entre o linguístico e a história, nas redes de memória face ao não-dito”.

Segundo Orlandi, o interdiscurso

sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando (2012, p. 54)

Já o seu eixo contrário, o intradiscurso, concerne a formulação do dizer, pautando-se na atualidade e nas condições dadas do momento enunciativo. Ele não é, contudo, necessariamente independente, encontrando-se submetido à memória discursiva. Para Augustine (2007), “o intradiscurso se constitui de recortes do próprio interdiscurso, só que sob a forma de fio do discurso”. Logo, podemos apontar que todo dizer se pauta na confluência entre esses dois eixos, estando inscrito na história para significar.

Não poderíamos deixar de trazer os apontamentos de Pêcheux a respeito dessas noções, com a sua distinção de interdiscurso e intradiscurso a partir da introdução do conceito de discurso-transverso e como ele desenvolve o funcionamento deste. Além de apontarmos sua retificação sobre os processos de articulação e de encadeamento do pré-construído, os efeitos do interdiscurso sobre a forma-sujeito e a ação dos esquecimentos número um e número dois.

Já comentamos anteriormente a noção de interdiscurso dada por Pêcheux, mas aqui observamos que se somam a ela os conceitos de encadeamento do pré-construído, de

articulação e de discurso-transverso, os quais destacamos por provocarem efeitos na forma-sujeito a partir dessa associação.

Num primeiro momento, Pêcheux considerou como leis psicológicas do pensamento os efeitos de encadeamento do pré-construído e da articulação. Em seguida, ele se corrigiu, apontando os dois como discrepâncias causadas materialmente dentro da estrutura do interdiscurso. Esses dois elementos se distinguem da seguinte forma:

diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (PÊCHEUX, 1997, p. 164).

Esses efeitos se ligam à possibilidade de uma palavra substituir outra em um dado efeito de sentido, de forma que temos duas possibilidades de substituição: equivalência (simétrica), em que as palavras possuem sentido igual na FD ou implicação(orientada), em que uma palavra substitui outra, mas a relação contrária implicaria outro sentido. O processo de substituição se dá em eixos perpendiculares, em que os elementos substituíveis se encaixariam. É a partir da relação de substituição e dessa noção de eixos de que surge o discurso-transverso, caracterizado por Pêcheux como um processo que remete à metonímia, isto é, uma relação de substituição da parte pelo todo. Observamos o funcionamento do discurso-transverso tanto no interdiscurso como no intradiscurso, nos dois casos, ele provoca efeitos diferentes sobre a forma-sujeito.

Começamos por discutir a presença do discurso-transverso no intradiscurso, a qual se dá por uma linearização provocada pelo efeito de articulação. Este, compreendido também como processo de sustentação, realiza-se no eixo do intradiscurso, designado por Pêcheux (1997, p. 166) como “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e o que eu direi depois)”, ou seja, é um processo de efeito de incidência explicativa. Aqui o discurso-transverso provoca o efeito de determinação sobre o sujeito, trazendo à tona no discurso dos sujeitos pensamentos em relação ao Sujeito.

Já no interdiscurso, o discurso-transverso conecta os elementos discursivos do pré-construído. Segundo Pêcheux (1997, p. 167), ele “fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui com o ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita”. Daí ele afirmar que o funcionamento do intradiscurso é determinado pelo interdiscurso,

sendo, na verdade, um efeito do mesmo. Em relação a isto, ainda temos que o efeito sobre a forma-sujeito (e aqui ele pensa no caso de uma identificação desejada, isto é, segundo nós, o caso do bom sujeito) é necessariamente o de assimilar o interdiscurso no intradiscurso e de dissimular esse fato, não propositalmente, mas por meio do funcionamento de um esquecimento constitutivo.

O esquecimento nº 1 e o esquecimento nº 2 são assim o último ponto da reflexão sobre as condições de produção e a relação do interdiscurso e do intradiscurso. Esquecimentos que são introduzidos por Pêcheux ao se abordar a necessidade de uma ilusão de uma intersubjetividade falante, não no sentido de afirmação idealista e negação da forma-sujeito como trabalhada até então, mas partindo da afirmação de que “o discurso de cada um reproduz o discurso do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 172).

Falar de virtualidades é pensar no que eu posso dizer, o que esperam que eu digam, reflexão em Pêcheux inscrita necessariamente na forma-sujeito e pautada inicialmente apenas no trabalho de Freud sobre o inconsciente. De Freud, Pêcheux parte das duas proposições de sistema pré-consciente-consciente e de sistema inconsciente para ter a base dos dois tipos de esquecimentos que fazem parte da formação do discurso. Temos, contudo, que depois de uma reformulação, Pêcheux retoma a questão do inconsciente/ pré-consciente, a partir da reelaboração lacaniana, visto que considera suas formulações iniciais insuficientes.

O primeiro, chamado de esquecimento nº 1, primeiramente fazia uma analogia com o recalque inconsciente, por conta da exterioridade ser determinante da FD em questão. É por conta dele que, segundo Pêcheux (1997, p. 173) que “o sujeito-falante não pode se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. No entanto, embora essa interpretação tivesse algumas vantagens, ela separava de forma autônoma o pré-consciente do inconsciente, separação vista por Pêcheux como uma ilusão. De modo que ele reelabora sua proposição, afirmando que

o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando a formação de uma nova representação, que aparece conscientemente ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente (PÊCHEUX, 1997, p. 175).

Em relação ao esquecimento nº 2, temos primeiramente uma formulação que se pautava na escolha, de certa forma, de um enunciando no lugar de outro, disponíveis no

interior de uma FD. Depois, com a reformulação do pré-consciente, tomando que “todo discurso é ocultação do inconsciente” (PÊCHEUX, 1997, p. 175), temos ainda um foco no funcionamento do sujeito que designa uma certa liberdade de sujeito-falante. Esse funcionamento opera em relação com a reformulação parafrástica, apontando a existência de um vínculo entre duas representações diferentes ocorrendo cada uma em uma instância diferente, isto é, respectivamente a representação verbal no consciente e a nova no inconsciente. Tal vínculo é, por fim, pautado na identificação simbólica e, segundo Pêcheux, pode ser restabelecido na discursividade.

3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO FEMINISTA: OS ESTUDOS FEMINISTAS EM FOCO

Ao nos propormos discutir o aborto, considerando o discurso feminista, é necessário que desenvolvamos alguns pontos a respeito do movimento e da teoria feminista, tanto para compreendermos melhor os processos de significação de nosso *corpus* como para mobilizarmos conceitos necessários a esta discussão. Partimos da consideração do feminismo como a luta contra as desigualdades de gênero, independente que este tenha passado por uma série de segmentações nas últimas décadas. A diversidade de vivências dos sujeitos sociais, criou uma pluralização do movimento, sem, no entanto, esquecer do combate à desigualdade. Afinal, é contra os sistemas de opressão que o movimento surge, como uma tomada de consciência do mesmo, já que

a consciência da discriminação supõe uma postura diferente diante dos fatos. Supõe dar-se conta das mentiras – pequenas ou grandes – em que a história, a cultura, a economia, os grandes projetos, os pequenos detalhes do cotidiano estão alicerçados. Supõe enxergar os micromachismos, as pequenas manobras realizadas por muitos homens todos os dias para manter sob seu poder as mulheres e a estafa que supõe manter duplas ou mais jornadas de tarefas. Ser consciente de que estamos infrarrepresentadas na política e ver como a mulher é coisificada dia a dia na publicidade. Supõe saber que segundo a ONU uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de maus-tratos ou abuso (GARCIA, 2015, p. 9).

Articulando prática social, engajamento político e construção de conhecimento, o feminismo não se trata de algo isolado. Ao contrário, ele promove círculos de apoio, criando uma cultura feminista enquanto, paralelamente, promove uma desconstrução epistemológica das categorias de conhecimento até então vigentes para instaurar um novo campo de estudos.

Sobre a desconstrução epistemológica, a crítica feminista, com um maior acesso de mulheres aos campos legitimados de construção do saber¹⁰, confronta os aspectos ideologicamente sexistas, racistas e particularistas da ciência. Questiona-se, nessa conjuntura, a própria prática científica e a sua institucionalização. Rejeita-se a imparcialidade epistêmica, propondo um novo agente que traz para a reflexão a sua subjetividade. Fala-se, por exemplo,

¹⁰ Pelo menos no Brasil, na época colonial, as mulheres não eram incentivadas a aprenderem a ler e a escrever. No século XIX, com um reforço pelo pensamento positivista, continuou-se a excluí-las dos processos de educação formal, vistas como seres “do lar”. Essa situação começou a mudar timidamente durante o período Imperial (PEREIRA; FAVERO, 2017).

em “conhecimento situado” para se repensar a objetividade enquanto noção científica tradicional (HARAWAY, 1991 apud BARRAL, 1999, p. 47).

Em outras palavras, nas Ciências humanas, as feministas denunciam o uso do homem “branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo” como um referente identitário e, conseqüentemente, excludente de todos os outros que não se encaixam nessa definição. Como destaca Bourdieu (2019, p. 31), o “princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”. Nessa mesma linha, expõe-se também a valorização das práticas masculinas, sendo que, em contrapartida, as questões femininas são vistas como inferiores. De modo que os estudos feministas buscam desnaturalizar essa perspectiva, integrante de construções unitárias e essencialistas que reiteram no imaginário ocidental a associação do masculino com a esfera pública e o feminino com o mundo privado¹¹ (RAGO, 1998, p. 4).

Daí, entendendo que os estudos feministas em consonância com a história sustente dizeres, traçamos assim uma visão geral do feminismo enquanto movimento histórico, destacando as pautas principais de cada uma das três ondas feministas, reunindo os conceitos introduzidos pela teoria feminista. Ainda nesse quadro, fazemos uma observação sobre a bruxaria e o feminismo. Em seguida, tratamos de elementos relacionados com as condições de produção que se encontram na formação social francesa. Apontamos a mudança jurídica tratando-se do aborto, a partir do trabalho de Federici (2017), que o desenvolve como parte do quadro da caça às bruxas, além de observarmos a influência do manifesto das 343 vadias.

3.1 AS ONDAS FEMINISTAS

Nesta parte, tratamos das periodizações do movimento, com a ressalva de sabermos que as mesmas fazem um recorte local e histórico muito específico, sem dar conta da multiplicidade das experiências do feminismo ao redor do globo. De forma geral, procuramos traçar um percurso histórico, ressaltando, contudo, que essa noção de linearidade é uma ilusão construída pelo discurso moderno. Este prega uma suposta homogeneidade temporal, a qual se baseia nas grandes narrativas históricas (BHABHA, 1998).

Primeiramente, ao se falar nos momentos históricos do feminismo, é importante

¹¹ Bourdieu (2019) descreve essa oposição entre o feminino e o masculino na sua análise da sociedade cabila e aponta uma valorização do último. O mundo masculino se associa ao público, com suas práticas vistas como sérias e importantes, e, por outro lado, o mundo feminino se limita aos espaços domésticos e suas práticas são infantilizadas ou desmerecidas.

lembramos que não há necessariamente uma convergência de um período para o outro, isto é, um diálogo organizado, enquanto um movimento unitário, que vê seu prolongamento de uma fase para outra. Em seguida, esses momentos são referidos pelo termo ondas¹², que Perez e Ricoldi (2018) aproximam do conceito de ciclos de protesto¹³ de Tarrow (1994) num panorama sociopolítico e histórico mais amplo. Na historiografia, distinguem-se três ondas feministas, que ocorreram em diferentes etapas do século XX. Atualmente, discute-se uma quarta onda de um feminismo marcado pelo deslocamento de um pensamento eurocentrado para a visibilização das vivências latino-americanas (MACIEL; DA SILVA NETO, 2018).

Embora o termo feminismo surja por volta de 1911, nos Estados Unidos, a sua história remonta no tempo. No início do século XVIII, com o Iluminismo e as transformações políticas que acompanharam a revolução francesa em 1789, gesta-se o que seria o ideal do movimento feminista. Contudo, embora a revolução promettesse uma melhoria na vida coletiva, seu discurso liberal, apoiado por teóricos como Jean-Jacques Rousseau, invisibilizava as particularidades das demandas femininas. Tem-se que,

As reformas democráticas da Revolução Francesa foram originalmente teorizadas como só beneficiando as mulheres indiretamente: as mulheres são dependentes dos homens, logo, as mulheres estarão em melhor situação porque os homens estarão em melhor situação. Inadequadas para a responsabilidade civil com sua necessária racionalidade e autonomia, elas não podem integrar o contrato social que Rousseau preconizava como base para toda autoridade legítima. Na igualdade perfeita que Rousseau enxergava para a sua república ideal, na qual ninguém seria servo de alguém ou inferior a alguém, as mulheres não contavam. Nos turbulentos anos de luta na Inglaterra e na França, a maioria dos reformadores não questionou a inaceitabilidade das mulheres para a vida pública. O positivista Auguste Comte, por exemplo, argumentava que os cérebros das mulheres eram menores que os dos homens e que, portanto, as mulheres deviam ser subordinadas (NYE, 1995, p. 22 apud DE ARAÚJO RAMOS, 2016, p. 152).

Nesse primeiro momento do feminismo, entre meados do século XIX e início do XX, lutou-se, principalmente, pelo direito ao voto, ficando conhecido como movimento sufragista. É notória a participação de mulheres de classes privilegiadas e com acesso à educação formal, marcando-o como um movimento, de certa forma, elitista.

12 O termo segunda onda foi usado pela primeira vez por Marsha Weinman Lear num artigo para o New York Times, em 1968, o que levou a se considerar o movimento anterior como a primeira onda e assim sucessivamente (HENRY, 2014).

13 Este conceito se baseia na intensificação do protesto público, pautando-se na fase do mesmo em que ele ganha força em vários setores da sociedade (TARROW, 2011 apud PEREZ E RICOLDI, 2018).

Frequentemente, se aponta como um dos pontos críticos do feminismo de primeira onda suas características elitistas e liberais, que o converteriam em um movimento social branco e burguês, pouco ou nada atento às questões de raça e classe. Importa salientar, entretanto, que no contexto estadunidense há uma longa história de coalizão política entre interesses feministas e a luta pela abolição da escravidão e pela ampliação dos direitos civis (ALÓS; ANDRETA, 2017, p. 17).

O segundo momento do feminismo ocorre em meados do século XX, na década de 1960 e dura até 1980. É impulsionado menos pela onda sufragista¹⁴ que pelos movimentos de contracultura e dos direitos civis, inicialmente no cenário norte-americano, em que há uma difusão da obra *O Segundo Sexo* de Beauvoir por interlocutoras como Betty Friedan, Kate Millet e Germaine Greer (SANTOS, 2016). Nesse momento, amplia-se o debate para questões relacionadas à esfera privada das vivências feministas. Aborda-se a sexualidade e o controle de natalidade, assim como oportunidades de emprego e situações de violência doméstica, inclusive problemas de estupro conjugal e leis referentes ao divórcio.

Esse período dá início aos estudos de gênero, a partir da observação das diferenças na base das representações homem e mulher. Quando pensamos nas raízes de uma reflexão sobre a questão do gênero, vemos que esta se desenrola primeiramente na antropologia, que observa a importância dessa categoria na análise das relações sociais. Com uma base epistemológica não-essencialista, isto é, que analisa as identidades e as representações simbólicas como socialmente construídas, a antropologia fomenta um debate sobre a relação entre natureza e cultura, abrindo espaço para o campo de estudos de gênero (PERUCCHI, 2009).

A noção de gênero transita pela Antropologia revitalizando a tensão básica que é inerente à disciplina, entre a relatividade e a universalidade das experiências humanas. Quando, nos anos 30, Margaret Mead publicou *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Melanésias* (Mead, 1935), inaugurou uma de duas vertentes que, com suas próprias características e apesar de ter sofrido transformações, se mantém até o presente. Trata-se do conjunto de assuntos que chamamos, habitualmente, de “construção cultural do gênero” e tem seu ponto de partida na constatação inicial de que “mulher” e “homem” são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos variáveis, através das sociedades. Introduce-se assim o “gênero” como uma questão antropológica, etnograficamente documentável (SEGATO, 1998, p. 5).

São autoras como Gayle Rubin, Sherry Ortner, Nancy Chodorow, Louise Lamphere,

¹⁴ Num primeiro momento, as feministas da segunda onda, interpeladas por uma ideologia de esquerda, não se identificam com o movimento das sufragistas, visto como conservador. A noção deste como parte da história do movimento feminista ocorre ao longo da segunda onda (HENRY, 2014).

Michelle Rosaldo, Rayna Reiter que fomentam a institucionalização da antropologia do gênero como uma área de estudos específica. Percebe-se, anteriormente, na área, uma segmentação nos trabalhos tidos como clássicos, entre um pensamento pautado no relativismo das diferenças homem e mulher em sociedades diferentes e um pensamento que embasa a universalidade da condição da submissão feminina em sociedades patriarcais. No entanto, essas autoras, cada uma em sua abordagem, participam desta última tendência.

Precisamos acrescentar que a universalidade como apontada é a que se dá em sociedades androcêntricas, ordem social majoritariamente difusa ao redor do globo e ao longo da história. O androcentrismo privilegia o masculino como princípio categorizador na estrutura social, sem, no entanto, reduzir-se apenas a isto. Esse conceito ganha força na década de 1970 e remete a uma tradição filosófica que, realizando uma análise do poder e da dominação, busca evidenciar os processos de subordinação ao qual estamos sujeitos, cujas consequências são a construção das desigualdades e diversas práticas machistas, misóginas e sexistas (VÁZQUEZ, 2013).

Na segunda onda, embora se desenvolva uma reflexão sobre o androcentrismo, há sobretudo uma difusão abrangente do uso da noção de patriarcado desenvolvido por Weber e que, tradicionalmente, associa-se à legalidade jurídica do controle absoluto dado ao homem, chefe de família, herdada das formações sociais na Grécia e na Roma antiga.

O patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre mulheres e crianças na família e a extensão do domínio masculino sobre as mulheres na sociedade em geral. Isso implica que os homens detêm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres são privadas de acesso a esse poder. Não implica que as mulheres sejam totalmente impotentes ou totalmente privadas de direitos, influência e recursos. Se o patriarcado descreve o sistema institucionalizado de dominação masculina, o paternalismo descreve um modo particular, um subconjunto de relações patriarcais (LERNER, 1986, p. 238-239, tradução nossa)¹⁵.

Segundo Vázquez (2013, p. 497, tradução nossa), “a bibliografia feminista e boa parte dos estudos de gênero, particularmente os centrados nas relações de gênero, utilizam o

15 “Patriarchy in its wider definition means the manifestation and institutionalization of male dominance over women and children in the family and the extension of male dominance over women in society in general. It implies that men hold power in all the important institutions of society and that women are deprived of access to such power. It does not imply that women are either totally powerless or totally deprived of rights, influence, and resources. If patriarchy describes the institutionalized system of male dominance, paternalism describes a particular mode, a subset of patriarchal relations”.

conceito de patriarcado de forma difusa e desigual”¹⁶, o que ela vê como resultado de um emprego acrítico do termo promovido durante a segunda onda feminista¹⁷. Ela traz a visão mais flexível de Sylvia Walby, que aponta uma necessidade de se historicizar o patriarcado, levando em conta as particularidades, de uma perspectiva *cross-cultural*, em que este se manifesta.

Já a terceira onda se origina na década de 1990 e, embora trave um diálogo com as pautas anteriores, como a crítica da cultura da beleza e a exposição das estruturas de poder, demarca-se pela abordagem voltada para a desconstrução dos essencialismos. Nisto, busca se afastar da imagem do feminino construído em torno da mulher branca e suburbana que se tornou representante da segunda onda. Ao mesmo tempo, há ainda um desvio das noções heteronormativas de sexualidade, com a visibilização de outras orientações sexuais nos grupos feministas.

Embasando essas reflexões, vemos como centrais a forte academização do debate feminista, com o desenvolvimento e apropriação de pensamentos pós-estruturalistas, pós-modernistas e pós-coloniais. Destaca-se, nessa época, as influências dos trabalhos de Judith Butler e de Gayatri Spivak. A noção de gênero se desenvolve, analisando-se o androcentrismo, a partir da oposição masculino e feminino, tidos como categorias construídas socialmente. De modo que, entende-se o corpo como “realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2019, p. 26). Daí que ele sofre processos de feminilização ou de masculinização, os quais não se reduzem a performances nominativas, desenroladas no campo do simbólico, mas verdadeiros trabalhos psicossomáticos que se dão social e continuamente.

O grande marco da terceira onda é apontar que essa construção do corpo e do gênero se baseia numa arbitrariedade cultural, cuja explicação basilar é o princípio androcêntrico, no sentido de justificar o que em cada sociedade é atribuído a um homem ou a uma mulher, a partir daquilo que o androcentrismo elenca. É importante ressaltar o detalhe da arbitrariedade, pois ele evoca como mesmo as diferenças biológicas, aparentemente naturais do corpo, resultam de processos de naturalização. Um bom exemplo disto é tomada do falo como símbolo de masculinidade, abrindo espaço para a própria associação do mesmo ao corpo masculino¹⁸.

16 “la bibliografía feminista y buena parte de los estudios de/sobre el género, en particular los centrados en las relaciones de género, utilizan el concepto de patriarcado con profusión y con resultado desigual”.

17 Alguns trabalhos que reiteram esse reducionismo sofrido no uso da noção patriarcado se encontram direta ou indiretamente no desenvolvimento desta pesquisa, ainda assim, é importante destacar os nomes de Gerda Lerner, Sylvia Walby (1989) e Warren Shibles (1991).

18 Proposição atualmente confrontada pela questão trans.

Ainda em relação a esse período, tão importante quanto é a evidência que se começa a dar às vivências das mulheres negras, pautando a necessidade de se pensar um feminismo negro. É a entrada da questão de raça e classe nas reflexões do movimento. Nesse contexto, marca-se a emergência do conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw. Tendo em conta as estruturas patriarcais, sexistas e racistas que dominam as relações de poder, ela aponta como estas interagem nas vidas das minorias, mais especificamente, das mulheres negras (1994 apud HIRATA, 2014).

Além dessas três ondas, fala-se atualmente no surgimento de uma quarta. Observamos que além do caráter geopolítico, essa nova segmentação apresenta algumas características: o seu desenvolvimento numa sociedade altamente informatizada e tecnológica, o que favorece uma militância digital; novas visões sobre o corpo e o questionamento de padrões de beleza, trazendo a tona a gordofobia e movimentos que fomentam a aceitação do corpo como tal, apesar das imposições sociais normativas¹⁹; a visibilidade da questão trans e a construção de um feminismo que englobe sujeitos cis e trans.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE FEMINISMO E BRUXARIA

Dentro do feminismo, cultiva-se um interesse pela bruxaria, cuja origem parece se vincular à segunda onda feminista. Interesse que se dá tanto de forma acadêmica, com uma releitura da caça às bruxas, estudos sobre a bruxa no prisma da teoria de gênero, por meio de atravessamentos com o ecofeminismo, como pela ligação do feminino à religião bruxaria neopagã.

Antes de tudo, ao falarmos de bruxaria, apontamos duas das três definições dadas por Russell e Alexander (2019): a bruxaria consiste em um culto ao diabo, noção que fundamentou a bruxaria diabólica, associada à heresia, e foi um pilar da caça às bruxas. A segunda noção a trata como religião neopagã de culto aos deuses, reconhecida oficialmente em países como os Estados Unidos, ainda que seja uma religião individualista e bastante segmentada.

Mas, independentemente a qual conceito façamos referência, por muito tempo, a

¹⁹ Em inglês, fala-se no movimento body positive, que vai de encontro com as imagens propagadas pelas mídias e que influenciam na construção identitária das mulheres e em suas percepções corporais, normalmente levando-as a quadros de distúrbios alimentares e profunda insatisfação por não alcançarem padrões atingíveis a custo de altos investimentos financeiros e psicológicos. (TYLKA, 2011)

cultura popular ligou bruxa à imagem de uma mulher velha, de má índole, trajada de preto, que mora numa floresta e que é acompanhada de um gato ou um de sapo, o qual desempenha o papel de seu espírito familiar. Nesta imagem, a bruxa era responsável por roubar bebês e podia alterar sua aparência para seduzir homens, além de causar a morte e a desgraça dos outros.

Ao analisarmos essa representação, tanto de populações europeias quanto de não-europeias, encontramos, remetendo a outros povos, elementos que foram alterados e ressignificados pela tradição judaico-cristã. Assim, que nos limitando a dois exemplos, há na imagem da bruxa uma forte ligação com *Lilitu*, espírito feminino maligno dos sumérios, que, durante a noite, assassinava crianças e mantinha relações sexuais com homens adormecidos. Ela podia voar e era acompanhada por corujas e leões, sendo também o protótipo da Lilith hebraica, tida como a esposa rebelde de Adão. Não obstante, há uma ligação com Diana, deusa grega da caça, da lua e da fertilidade, sempre acompanhada de animais e de um séquito de mulheres, cujo lado sombrio era representado por Hécate, deusa trifronte da morte, protetora da feitiçaria maléfica (RUSSELL; ALEXANDER, 2019).

É importante ressaltar que as tradições greco-romanas marcaram fortemente a construção do pensamento europeu, de forma que o cristianismo se apropriou de muitos de seus elementos. Outro deus grego, cujas celebrações se tornaram inspirações para os ritos associados às bruxas pelos inquisidores, foi Dionísio, de quem outra representação era o bode, o qual futuramente se associou ao diabo. Da Grécia, também se fez uma releitura do sistema filosófico de magia. *Daimones*, que era usado por Homero, significava um ser espiritual inferior a um deus e, posteriormente, passou a significar demônio. Para os gregos, um feiticeiro precisava do serviço de um *daimones*, pensamento que estreitou na tradição cristã a relação da bruxaria com a demonologia.

O cristianismo se apropriou desses vários elementos para desenvolver uma teologia que justificava, durante o período da Renascença até meados do século XVII, a caça às bruxas. Mas esse ponto, além de nos permitir pensar as condições materiais e culturais das sociedades androcêntricas em que se manifestaram tais perseguições, trata também das consequências das mesmas para a condição da mulher desde então. Isso porque a bruxa foi e continua sendo majoritariamente significada em relação ao feminino, daí a caça às bruxas ter, na perspectiva feminista, sentido em ser lida como ataques contra às mulheres, cujos resultados são constitutivos até hoje de muitas estruturas sociais.

3.2.1 A caça às bruxas como parte do processo de domesticação dos corpos

Para entender esse argumento, foi necessário o investimento de muitas pesquisadoras, as quais procuraram visibilizar um episódio por muito tempo relegado como secundário pela história ocidental. Um exemplo é o trabalho de Silvia Federici em *O Calibã e a Bruxa* (2017), em que se percebe a caça às bruxas como consequência de uma misoginia alimentada por vários processos desde o fim do feudalismo. A tese de Federici envolve uma crítica do marxismo ortodoxo e toma em conta na análise histórica o lugar da mulher nas relações de produção. É uma reflexão atravessada pelas proposições foucaultianas sobre o poder e a disciplinarização dos corpos.

Segundo Federici, na transição do feudalismo para o capitalismo ocorrem diversas mudanças em como a mulher é vista socialmente, na sua liberdade, na natureza e na valorização de seu trabalho. O feudalismo não deve ser confundido com uma comunidade de direitos iguais, por mais que os trabalhadores tivessem acesso direto aos meios de produção. O senhor feudal era proprietário das pessoas, dono dos homens que por sua vez eram donos das mulheres, direito santificado pela Igreja Católica. Estas se encontravam assim duplamente subordinadas, aos maridos e ao senhor. No entanto, como o trabalho no feudo era de subsistência e voltado para o coletivo, as tarefas femininas não eram menosprezadas, eram menos árduas que na produção agrícola capitalista e serviam como forma de socialização entre as mulheres que trabalhavam juntas. É importante adicionar que além dos feudos, existiam feixes de terras voltados ao uso da comunidade e que constituíam um lugar importante para os encontros femininos.

Isto até a consolidação da privatização de terras no século XV, que se deu junto à expansão colonial. Esse processo contou com a tomada de terras de camponeses pela Igreja e por lordes e fazendeiros ricos, sob o argumento de uma melhora na produção agrícola. Essa não foi a primeira manobra senhoril, que já havia feito a implementação do salário, tido como uma possível solução para as constantes brigas entre senhores e camponeses, os quais nem sempre se contentavam com as imposições senhoris. No entanto, a expropriação das terras piorou a diferença social já existente. O descontentamento populacional motivou os movimentos heréticos e milenaristas²⁰ e posteriormente as lutas urbanas, causadas também pela desvalorização do trabalho dos artesões.

²⁰ Eles questionavam a Igreja e propunham novas interpretações religiosas, em comunidades alternativas contrárias à implementação monetária. Esses movimentos aconteceram em várias regiões da Europa, sobretudo na Itália e na França.

Observamos conjuntamente a passagem de um modo de produção a outro, do feudalismo para o capitalismo, em relação com os movimentos heréticos, um aumento crescente do sentimento de misoginia. Esse ódio contra as mulheres foi alimentado por decisões da Igreja Católica, como sua política de controle da sexualidade a partir da difusão de discursos que tornavam a sexualidade objeto de vergonha e incentivavam o isolamento feminino. Exemplo disso são os penitenciais distribuídos a partir do século VII, cujo discurso mudou a forma de se relacionar sexualmente na Idade Média. Depois, apontamos as políticas criadas pelo Estado, recém-formado para controlar as relações de classe, como parte do processo de precarização social da mulher. Políticas como a legalização da prostituição (e depois a sua proibição) e a descriminalização do estupro de mulheres pobres no século XIV e XV, que as deixava indefesas e normalizava a violência contra as mesmas.

Federici aponta como os governos e a Igreja, desde a perda dos feudos e o assalariamento compulsivo, restringem a ação feminina, por meio de infantilização jurídica das mulheres e pela desvalorização do seu trabalho. No novo sistema de produção, sexualmente diferenciado, a mulher se torna a responsável, no âmbito doméstico, pelo trabalho reprodutivo, pouco valorizado economicamente e invisibilizado no processo de acumulação primitiva. Trabalho que é mistificado e que no discurso dominante é transmitido como vocação natural da mulher até hoje. De forma que a identidade feminina é atravessada pelo papel de dona de casa, ao mesmo tempo em que ela se vê como prêmio de compensação para o homem que se encontra precarizado pelo desenvolvimento do capitalismo, visão reproduzida pelo Estado e pela Igreja.

Nesse ponto, retomamos o conceito de biopoder de Foucault, que trata da descentralização do poder, que, numa nova conjuntura, vai se preocupar com a higienização e dos assuntos referentes a reprodução da vida dos indivíduos. Mas, ao contrário de Foucault que entendia a crise alimentar do século XVIII como catalisadora da transformação do Estado em gestor de políticas reprodutivas e populacionais, Federici elenca as crises populacionais do século XVI e XVII causadas pela diminuição da taxa de natalidade e pelo desemprego crescente. Para ela, “é nesse contexto que o problema da relação entre trabalho, população e acumulação de riquezas passou ao primeiro plano do debate e das estratégias políticas com a finalidade de produzir os primeiros elementos de uma política populacional e um regime de ‘biopoder’” (2019, p. 169).

Daí que com o crescente declínio populacional somado às necessidades burguesas e mercantilistas de mão-de-obra, a conduta das mulheres se torna uma preocupação. Até no programa da Reforma Protestante, entende-se as mulheres como essenciais para o crescimento

da raça humana, mas reduzidas ao papel de reprodutoras. Uma vez que a sexualidade feminina deve servir ao interesse da Nação na busca pelo aumento populacional, o aborto é criminalizado e o parto se torna um assunto de Estado, com o papel das parteiras sendo ocupado pelo dos médicos.

Assim, num quadro marcado por uma fome epidêmica, por uma crise religiosa, por crises populacionais, pela constante ação de movimentos heréticos (com uma forte participação das mulheres) e pela ação da peste, a caça às bruxas não se trata apenas de uma perseguição religiosa. Entre as mulheres condenadas por bruxaria, haviam jovens que abortaram ou ajudaram num aborto, mulheres que tinham alguma posse e se tornavam alvos de terceiros ou mulheres velhas (cuja sexualidade não tinha mais um fim reprodutivo), pobres e/ou em situação de mendicância. A instauração do terror no imaginário popular em relação à mulher fez com que se punisse indiscriminadamente qualquer mulher que fizesse algo ou que estivesse fora do padrão social aceito na época. Foi um processo que minou a confiança nas relações sociais e subjugou a mulher a um lugar de medo. Daí Federici afirmar, e concordarmos, que a caça às bruxas foi um processo de domesticação do corpo feminino, não apenas porque retirou das mulheres a gestão da gravidez, disponibilizando seus corpos ao uso masculino, mas porque as fragilizou em todas as instâncias do viver social e das relações de produção.

3.2.2 A bruxaria hoje em dia

No entanto, além desse aspecto de revisão histórica da caça às bruxas, há também a importância da religião bruxaria moderna para o movimento feminista, cuja relação se desenvolveu nos Estados Unidos principalmente entre movimentos de contracultura e que atualmente também participa na produção de sentidos no discurso feminista.

A bruxaria moderna se firma como uma nova religião pagã baseada em uma religião ancestral de origem celta sobrevivente à perseguição cristã. Batizada de *Wicca*, ela tem uma forte ênfase no feminino, realizando-se a adoração de uma Deusa tríplice. Pratica-se magia, por meio de rituais variados e os grupos de seguidores se dividem em *covens*. Apontam-se que os trabalhos, todos sem fundamentação histórica comprovada, do folclorista americano Charles G. Leland, do historiador francês Michelet, da antropóloga Margaret Murray e do ensaísta inglês Robert Graves serviram de base para a criação dessa religião cuja fundação se

atribui à Gerald Gardner na Inglaterra, nos anos 50.

Outro ponto que nos importa em relação a bruxaria moderna, é a sua participação na construção do ecofeminismo²¹, um dos segmentos do feminismo, cuja existência se desenrolou entre os anos 70 e 80, e em que os nomes de Z. Budapeste e de Starhawk, ambas bruxas estudiosas da Wicca, destacam-se.

Z. Budapeste, a partir das orientações gardnerianas, criou uma fusão entre tradições pagãs, bruxaria moderna e política feminista que ficou conhecida como Espiritualidade Feminina. Essa nova releitura da bruxaria moderna possuía uma forte inspiração do feminismo radical, não permitindo a participação de homens e tomando como pilares elementos que se associam ao ecofeminismo (como a defesa do meio ambiente, a luta contra o patriarcado e contra as guerras).

Já Starhawk conseguiu acessar um público maior ao ultrapassar as fronteiras esotéricas e trabalhar com um viés filosófico e psicológico. O que se baseia no seu intento em desenvolver relações humanas alternativas e no seu foco no ativismo ambiental, já que sustenta uma visão da bruxaria como uma religião ancorada no respeito à natureza (STARHAWK,1999). Para ela, há uma ligação entre o paganismo e o desenvolvimento de relações saudáveis, aqui se entendendo também a questão do autodesenvolvimento, uma vez que o poder que rege o universo se encontra dentro de todos os indivíduos.

Atualmente, é interessante observar como as redes sociais têm colocado em evidência uma prática política da bruxaria²², vista na crescente mobilização política tanto nas Américas quanto na Europa usando a bruxa como símbolo de união. É o caso, por exemplo, nos Estados Unidos, de grupos autointitulados de bruxas e de bruxos que usam as redes para se opor ao mandato de Donald Trump. No *twitter*, difundem a hashtag *#bindtrump*, visando um feitiço de amarração contra o presidente americano, ao mesmo tempo em que se posicionam politicamente contra o mesmo. Nesse contexto, por mais que em alguns grupos exista uma fundamentação religiosa, o que mais nos interessa é o resgate dessa temática e a identificação da militância sobretudo feminista à bruxa que sustenta a criação de "*witch Blocs*" como o *Witch Bloc Paname*, cujo discurso analisamos neste trabalho.

21 Em suma, o ecofeminismo refletia sobre a condição da mulher atravessada pelas questões ambientais. Via como uma ação do patriarcado o uso indiscriminado dos recursos naturais, assim como a opressão das mulheres, a dominação de outras espécies e o desenvolvimento do militarismo. Além disso, tinha como pautas o vegetarianismo e o veganismo, na verdade, novas formas de existência possíveis. O ecofeminismo sofreu críticas pela associação do feminino com a natureza, sendo boicotado pelos segmentos feministas pós-estruturalistas como uma forma de essencialismo. De modo que foi perdendo espaço acadêmico ao longo dos anos, embora ainda seja um campo pertinente, em que se desenvolveram reflexões até hoje discutidas.

22 Tal como demonstra a popularidade de tags no *instagram* e no *twitter* como *#witchresistance* e *#witchesofinstagram*.

Para concluir, outro ponto que não pode ser ignorado, embora não seja nosso foco, é a absorção da bruxaria pelo mercado, como aconteceu nos anos 90, em que houve uma grande produção de filmes e de revistas voltadas para o público jovem. Nos anos 90, filmes como *Jovens Bruxas* e *da Magia a Sedução*, além de séries como *Charmed* e *Sabrina*, influenciaram principalmente adolescentes a se identificarem à bruxa. No fim da primeira década do século XXI, esse apelo comercial se restaura, com a difusão de uma estética própria e a sua subsequente venda de produtos como cristais, livros e peças de decoração.

3.3 O FEMINISMO NA FRANÇA E A LUTA JURÍDICA PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

No início do século XX, a França ainda recusava dar autonomia jurídica às mulheres e as considerava, como nos séculos XVI e XVII, incapazes de tomarem decisões por si só, colocando-as sob a tutela de uma figura masculina. Por essa mesma razão, elas não tinham direito ao voto, conquista que veio somente em 1945, apesar da atuação de figuras históricas como a de Marie Gouze, conhecida pelo pseudônimo de Olympe de Gouges²³.

A falta de voz jurídica não significa, contudo, a falta de uma militância feminina. No século XX, apontamos os movimentos sociais e os eventos que atuaram na descriminalização do aborto na França em favor das mulheres, com destaque para a figura de Simone de Beauvoir. Essa filósofa francesa é autora do *Segundo Sexo* (2019), um marco da segunda onda feminista por interrogar o que seria a mulher. Segundo Beauvoir, "a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro" (2019, p. 12-13). Beauvoir critica a forma como o materialismo histórico, a psicanálise e a biologia não dão conta da questão da mulher, encerrando-a em posições pré-determinadas. Embora depois seu texto tenha sofrido várias críticas, na época em que foi publicado, ele influenciou o movimento feminista americano, sobretudo Betty Friedan, autora de *A mística feminina* e fundadora da *National Organization for Women*. Em contrapartida, o movimento americano influenciou na criação de grupos feministas franceses.

Um desses grupos é o do planejamento familiar, que surge nos Estados Unidos e que

²³ Em Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de sua autoria, de Gouges critica a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, chamando as mulheres à ação (2012).

em 1960 se desenvolve na França com a proposta de, a partir da educação sexual e do apoio a contracepção, diminuir os números de abortos. É importante frisar que esse movimento aparece em uma época em que vigorava uma forte política natalista, implementada após a primeira guerra mundial. A lei de 31 de julho de 1920, que define o aborto enquanto crime e que proíbe toda propaganda de métodos anticoncepcionais, obriga o Movimento do planejamento familiar a contrabandear métodos contraceptivos. No entanto, ela não é tão severa quanto a lei de 1942, que passa a considerar o aborto como um crime contra o Estado, passível de pena de morte. Um exemplo famoso dessa lei é o caso de Marie-Louise Giraud, fazedora de anjos, que por conta de sua participação na interrupção da gravidez de outras mulheres, é condenada à guilhotina em 30 de julho de 1943.

Apesar das leis severas, o feminismo francês ganha outros ares com a eclosão do movimento social de 68, um episódio de virada na história francesa por mexer com a estrutura de toda a sociedade. Ele é o pontapé, junto com a influência americana, para a criação do *Mouvement de libération des femmes* (MLF), ou Movimento de liberação das mulheres, que antes de se firmar sob esse nome e como um grupo autônomo e exclusivo de mulheres, teve diversos antecessores. Embora sua origem não seja exata, ela se dá durante a segunda onda feminista e reúne nomes como Monique Wittig, Josiane Chanel, Gille Wittig, Margaret Stephenson, etc (ZACARINI-FOURNEL, 2004). Um dos objetivos do grupo é reivindicar a autonomia dos corpos femininos, sob a compreensão do conceito de patriarcado. Nesse sentido, ele luta pelo direito à contracepção e ao aborto, seguindo a trajetória começada pelo Planejamento familiar.

Um outro grupo importante é *Choisir*, criado pela advogada Gisèle Halimi e Simone de Beauvoir, que surge movido pela polêmica do caso Bobigny. Uma garota de 15 anos e mais cinco envolvidas (entre elas a mãe da jovem) vão a julgamento por ajudarem no aborto da adolescente. Halimi é chamada para defendê-las e, para tanto, recorre à opinião pública. Ela incita com Beauvoir a publicação do manifesto das 343, também conhecido como o manifesto das vadias, uma declaração pública na revista *Le Nouvel Observateur*, em 1971, em que 343 mulheres, famosas ou não, admitiam ter praticado ilegalmente o aborto. O caso recebe grande repercussão midiática e as cinco acusadas se veem livres da cadeia, sem inclusive haver uma penalização das mulheres que participaram do manifesto. Esse manifesto é seguido por outro, em 5 de fevereiro de 1973, em que 331 médicos admitem ter realizados procedimentos abortivos em pacientes. No mesmo ano, funda-se o MLAC, *Mouvement pour la liberté de l'avortement et de la contraception*.

No quadro jurídico, observamos que a pressão posta por esses grupos consegue aos

poucos ter resultados. Em relação à contracepção, temos primeiro a lei de 28 de dezembro de 1967, também chamada de lei *Neuwirth*, que autoriza a venda de contraceptivos. Ela é realmente aplicada a partir de 1972, contudo com algumas restrições de venda da pílula às menores de 21 anos. É em 1974, pelo projeto de Simone Veil, ministra da Saúde, que o contraceptivo é completamente liberado. Veil ainda garante o reembolso da pílula pelo sistema de saúde público francês e o direito ao anonimato de menores usuários.

Em relação ao aborto, é em 1975, por conta de todos esses movimentos, que Simone Veil consegue passar a lei que permite a interrupção voluntária da gestação, após um grande debate jurídico. A lei de 1975, popularmente lei *Veil*, é submetida a um período de teste de cinco anos antes de entrar definitivamente na constituição. No entanto, sua formulação é criticada por diversos motivos, entre eles a limitação do IVG, o aborto voluntário, à condições de *détresse*, isto é, de perigo ou de aflição e em casos de gravidez com menos de dez semanas (FRANÇA, 1975).

Além disso, nesse mesmo ano, juntamente com a sua liberação, instaura-se a cláusula de consciência, vista pelo movimento feminista como um entrave a aplicação da Lei *Veil*. Mencionada no artigo L2212-8 do código de saúde pública, essa cláusula prevê a liberação de médicos, parteiras e enfermeiros, em caso de não-urgência, de suas obrigações profissionais num procedimento que contrarie suas convicções pessoais. Para os movimentos contra o aborto, ela continua a ser um recurso utilizado para o seu impedimento.

Embora a cláusula de consciência continue em vigor, nas últimas décadas, houve várias alterações que trouxeram novos benefícios para as mulheres. Em 2001, o prazo limite para o IVG foi estendido para doze semanas com a lei *Aubry-Guigou*, excluindo-se também a consulta psicossocial obrigatória para maiores de idade. Em 2007 e 2009, deu-se um alargamento dos locais possíveis de atendimento, tornando-se uma prática realizável em outros centros fora do meio da saúde e por meio de medicamentos. Já em 2013, o aborto passou a ser inteiramente reembolsável pelo estado, tornando-se acessível a mulheres com diferentes tipos de renda econômica.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE

Ao trabalharmos com AD, não contamos com uma metodologia pronta. É necessário construir um dispositivo de interpretação. Este é formado, de um lado, por um dispositivo teórico e, de outro, um dispositivo analítico que provém da prática do analista. Cabe ao analista escolher as categorias que melhor condizem com o seu gesto de leitura, baseado nas questões que o mesmo toma como centrais em sua pesquisa e da sua maneira de trabalhar. Mas, embora haja essa divisão na identificação dos tipos de dispositivo, essas duas partes possuem uma conexão. Podemos dizer que análise e teoria possuem uma relação bastante próxima, isto é,

na medida em que uma ecoa sobre a outra. Desse modo, para analisar um *corpus*, o analista frente à questão que formula escolhe o conjunto de conceitos com os quais vai trabalhar na análise, para responder a sua questão. Assim, o analista monta um dispositivo de análise a partir do conjunto da teoria (dispositivo teórico) (TFOUNI, 2016, p. 14).

Dessa forma, cada analista efetua uma análise única. Ele mobiliza os conceitos da AD de maneira ímpar, realizando recortes que outro analista não faria, para que possa discutir as questões de seu estudo. Além disso, transita entre outros conceitos, indo e vindo, criando articulações com campos epistemológicos diversos. Daí que o resultado de uma análise nunca é tomado como uma verdade universal e fixa, já que o mesmo objeto pode ser trabalhado de diversas formas. Segundo Orlandi, "isto não tem a ver com a objetividade da análise mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos" (2012, p. 64).

Por isto, realiza-se uma leitura vertical do objeto, em que se não se busca a exaustão dos sentidos. Trata-se a espessura semântica no processo discursivo, levando em conta as suas materialidades. É um gesto de interpretação que visa uma possibilidade outra de leitura tendo em conta que "não há sentido sem interpretação" (ORLANDI, 2007, p. 18-19).

No decorrer dessa leitura, o analista constitui o próprio *corpus*. A delimitação e a organização deste giram em torno da pergunta posta no estudo. Num sentido geral, entende-se o *corpus* como uma amostra do fenômeno a ser estudado, mas em AD ele "é um continuum

discursivo” (ORLANDI, 2003, p. 10). É a partir do seu tratamento que podemos alcançar o processo discursivo e discernir o funcionamento deste nas relações de significação.

Segundo Orlandi (2012), esse procedimento se desenvolve em três etapas, em que se realiza tanto uma descrição quanto uma interpretação dos processos simbólicos. Trabalha-se, primeiramente, com o texto para se construir um objeto discursivo. Em seguida, a partir do objeto, atinge-se a constituição dos processos discursivos. Para tal, o analista se desloca para um outro lugar, diferenciado daquele de um leitor comum.

Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermeneuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições (ORLANDI, 2012, p. 61).

Ou seja, o analista é capaz de se deslocar para essa posição em que não se encontra mais preso aos efeitos linguísticos e ideológicos tomados num primeiro momento como evidências naturais. Dessa maneira, na primeira etapa, ele lida com o material empírico, o texto, visto como uma unidade linguística-histórica que lhe permite acessar o discurso. Por meio da dessuperficialização do texto, isto é, verificando as construções sintáticas e como se deu o processo de enunciação, desnatura a relação palavra-coisa. Observa-se o jogo de sentidos por meio de uma análise do processo de significação. Nesse quadro, baseia-se no funcionamento das formações imaginárias, empreendidas nas condições de produção do discurso, e na categoria do esquecimento número 2 que atua na construção das evidências da enunciação.

Como coloca Orlandi,

Nesse momento da análise é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc. Esta etapa prepara o analista para que ele comece a vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão. O que ele faz é tornar visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito etc. Estes outros dizeres aí observados dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y (2012, p. 78).

Feita a dessuperficialização do texto e observados os outros dizeres possíveis, tendo as formações discursivas delimitadas, parte-se para a segunda etapa. Aqui, observa-se a relação entre estas formações com as formações ideológicas que regem os processos de significação encontrados. É a partir dos efeitos de sentido observados no objeto discursivo que podemos alcançar os processos discursivos.

Durante todo esse processo, faz-se uso de um mecanismo parafrástico para que se possa apontar as formações discursivas. Além disto, deve-se observar também os deslizamentos dos sentidos, isto é, os efeitos metafóricos. Essencial para a possibilidade da análise, este fenômeno, como coloca Pêcheux (1990b, p. 96) é "produzido por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y".

Ou seja, é necessário que a constituição do *corpus* se dê num processo de leitura dos discursos que leve em conta as suas condições de produção. As noções de arquivo e recorte são cruciais nesse processo, já que associam esses dois momentos, a interpretação e a descrição. Isto porque, ao se realizar um recorte, considera-se a materialidade do arquivo, as características que podem descrevê-lo, seja uma imagem, um enunciado ou uma cor (DIAS, 2015). Entendemos que a noção de arquivo ultrapassa um conjunto de textos e de conhecimentos sob alguma tutela institucional e se põe como uma rede de memórias, pautada na relação da língua com a história.

Depois dessa consideração sobre a construção do dispositivo de interpretação, resta passarmos a aplicação desse procedimento. Voltamo-nos para a delimitação e a organização do *corpus*, apresentando simultaneamente as questões que nos foram centrais no desenvolvimento deste estudo.

4.1 SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS*

Foi uma notícia sobre a 13ª edição do evento *Marche pour la vie* em Paris no dia 20 de janeiro de 2019 que nos chamou atenção sobre a existência da passeata, sobretudo por conta da presença, em menor número, do grupo feminista *Witch Bloc Paname*. O evento anual, que ocorre desde 2005, é promovido por diversas associações pró-vida e do coletivo *En Marche pour la Vie*. Em 2019, a pauta da passeata era lutar contra a proposta de Laurence Rossignol, feita em setembro de 2018, de revisão da cláusula de consciência (isto é, que deixa aos

trabalhadores da área de saúde a opção de não realizar procedimentos que se distanciem de suas crenças). Tal cláusula configura um dos maiores entraves atuais na prática do IVG. Já o coletivo feminista aparece pela primeira vez em 2007, durante uma manifestação contra a reforma do código trabalhista.

Resolvemos analisar os discursos dos organizadores/participantes do evento e do coletivo feminista. Assim, nossa primeira etapa foi a de selecionar textos produzidos por representantes dos dois movimentos na ocasião da passeata ou que os representasse de certa forma (como é o caso do artigo da revista *online VICE*, que escreveu sobre o evento apresentando a ação do coletivo feminista). O nosso *corpus* é composto de sequências discursivas que vieram de publicações e comentários publicados na rede social *Facebook* da página oficial de cada grupo, de um *tweet* de uma entrevista feita para o programa da CNEWS, assim como do site *enmarchepourlavie.fr*. Além disto, analisamos algumas imagens publicitárias e fotos da passeata.

Em suma, empreendemos um recorte de um arquivo digital, ao qual cabem algumas considerações. Ao trabalhar com textos a partir da internet, precisamos levar em conta a materialidade digital de nosso arquivo. Como aponta Dias (2015), essa materialidade possui características específicas ligadas à circulação do digital. Destacamos a instabilidade do arquivo, a falta às vezes de uma autoria, a falta de uma cronologia e a grande quantidade de textos, o que nos faz ter um outro ritmo de leitura. Como essa leitura se dá forma não-linear, foi importante traçarmos desde o início quais perguntas no guiariam, apesar de partirmos de um acontecimento específico (a passeata *Marche pour la vie*).

As seguintes perguntas orientaram inicialmente nosso recorte:

1. Tratando-se do aborto, quais regularidades surgiriam ao compararmos as produções dos dois grupos?
2. De que forma um discurso se dava em relação ao outro? Observa-se a existência de discursos transversos ou eles se opõem totalmente?
3. Como se posicionam os seus sujeitos dadas as condições materiais de produção de cada discurso? Como eles se identificam?

Assim, priorizamos no recorte do material empírico, enunciados e imagens que, ao tratar do aborto, representassem repetições. Mas também procurávamos elementos discutidos pela teoria feminista, isto é, representações da identidade feminina, da maternidade e do gerenciamento do corpo.

4.2 ANALISANDO AS SEQUÊNCIAS DO GRUPO *MARCHE POUR LA VIE*

Como nosso gesto de leitura se pautou em procurar regularidades, trabalhando com comparações, procuramos exemplificar como se deu esse olhar sobre as materialidades. No quadro 1, reunimos os enunciados que nos interessaram por conta de diversos fatores (todos pautados no que apresentamos anteriormente).

Quadro 1: Sequências discursivas do *Marche pour la vie*

Nº da sequência	Enunciado
S1	Não mexa com a minha vida ²⁴
S2	É o meu corpo, não a sua escolha ²⁵ .
S3	"Eu não me preocupo com a sua vida, eu me preocupo com as das crianças a quem é recusado o direito de viver e essa é para mim a maior das injustiças" ²⁶
S4	"A intolerância é o aborto. O aborto não é um direito, não podemos ter direito à vida ou à morte de uma criança!" ²⁷
S5	IVG, uma parte de mim se foi ²⁸
S6	"Os franceses têm um encontro marcado com a <i>Marche Pour La Vie</i> para reafirmar seu compromisso incondicional com o respeito à vida, em um momento de sua história em que a banalização do aborto é mais forte do que nunca" ²⁹
S7	"Porque a <i>Marche Pour la Vie</i> é um dos únicos movimentos sociais que não é egocêntrico, mas fundado no amor pelos outros, pelos mais frágeis" ³⁰

Fonte: Rosa (2020)

24 Tradução nossa. No original "Touche pas à ma vie".

25 Tradução nossa. No original "C'est mon corps, pas ton choix".

26 tradução nossa de "*Je ne me mêle pas de votre vie je me mêle des enfants à qui on refuse le droit de vivre ... et pour moi c'est la plus grande des injustices !*".

27 tradução nossa de "*L'intolérance c'est l'avortement. L'avortement c'est pas un droit, on ne peut pas avoir le droit de vie ou de mort sur un enfant !*"

28 tradução nossa de "IVG, une part de moi s'en est allée".

29 Tradução nossa de "Les Français ont rendez-vous à la Marche pour la vie pour réaffirmer leur attachement inconditionnel au respect de la vie, à un moment de leur histoire où la banalisation de l'avortement n'a jamais été aussi fort".

30 tradução nossa de "Parce que la marche pour la vie est l'un des seuls mouvements sociaux qui n'est pas égo-centré, mais fondé sur l'amour des autres, des plus fragiles".

No caso de S1 e de S2, a interpretação desses enunciados é complementada pela Ilustração nº1, de onde os retiramos, uma foto de manifestantes no *Marche pour la vie*, cujo foco são as imagens de um cartaz e de adesivos colados nas costas de uma pessoa. Esta é possivelmente uma mulher, se considerarmos o perfil dos participantes da passeata, isto é, que se adaptam ao discurso de gênero, em que se reproduzem características identificadoras da feminilidade e da masculinidade e em que homens possuem cabelos curtos e mulheres cabelos longos. Logo, essa possível mulher carrega em seu corpo a fala do grupo *Marche pour la vie*, o que nos leva a crer que ela a apoia, assim como ela se identifica com os discursos reproduzidos nessa situação.



Ilustração 1 - Cartaz e adesivos
Fonte:Facebook

Observemos o primeiro enunciado, proposto em S1:

Non mexa com a minha vida.

Em francês, o verbo *toucher* quando acompanhado da preposição *à*, pode ser entendido a partir de um sentido de contato, de manipulação de algo, aqui traduzido como uma interferência. O enunciado é escrito em caixa alta, com um fundo em laranja, o que facilita a sua leitura à distância. Como na internet, o uso de caixa alta remete a uma pessoa falando alto ou gritando, observamos um tom agressivo, reforçado pelo uso do imperativo. Ao mesmo tempo, a imagem do cartaz em que ele se encontra traz um bebê, normalmente associado na sociedade francesa às noções de fragilidade e de amparo. O enunciado cria uma

demanda por proteção a uma vida considerada frágil. A imagem do bebê reforça também o efeito de autoria do enunciado. Coloca-se como evidência que é a sua vida que está em jogo. A vida de uma criança, cujas feições podemos ver, a qual podemos identificar e fazer projeções. Cabe ao leitor ajudar a protegê-la ou ao menos não interferir com a mesma. Pensando no que não está lá, mas que ainda assim produz sentidos, vemos que não há menção ao aborto no enunciado, mas é a ele que associamos a demanda, como aquilo que põe em risco a vida do bebê.

Em S2, temos:

É o meu corpo, não a sua escolha.

Aqui também temos o efeito que nos faz pensar no bebê como uma criança que, na esfera jurídica da sociedade francesa, posiciona-se como um sujeito de direito, capaz de fazer demandas e beneficiar de proteção legal. Essa formulação se afasta da condição real do nascituro que é uma condição suspensiva, o mesmo sendo considerado como uma personalidade jurídica apenas a partir de seu parto com vida (PUSSI, 2008).

Lembrando-nos que o sentido pode ser sempre outro, em S2 há uma paródia do lema feminista *mon corps, mon choix*, ou como se difundiu no Brasil, meu corpo, minhas regras. O enunciado normalmente reproduzido no discurso feminista é reproduzido em outra FD, deixando de significar uma demanda feminina em prol do gerenciamento e autonomia dos corpos femininos, criando um efeito de invisibilização desses corpos para se falar do corpo do nascituro, não visto simplesmente como “um pedaço de carne”. Além disso, opera tanto em S1 quanto em S2, a ideia que, desde o ato da fecundação no sexo heteronormativo, existe uma vida em criação que deve ser conservada, reproduzida pelo discurso da Igreja Católica, a qual se coloca contra o uso de contraceptivos como a pílula e a camisinha, mas que promove o celibato e em última instância o método da tabelinha (AGUILAR, 2014).

S3 e S4 são enunciados recortados de uma entrevista dada por Émile Duport, portavoz do *Marche Pour La Vie*, à Pascal Praud na CNEWS e veiculada no *Twitter* na conta oficial do *Marche pour la vie*. Vemos na Ilustração 2 a imagem desse *tweet* que conta com a identificação da página e do perfil do grupo, uma breve descrição do que se trata, uma citação de Émile, o link para o vídeo completo e a imagem de uma cena do vídeo (disponibilizado cortado no *Twitter*). No *Twitter*, como os textos são limitados até 240 caracteres e os vídeos têm uma duração máxima de dois minutos e 20 segundos, há uma seleção precisa do que se quer colocar em destaque. No caso da Ilustração 2, a citação de Émile Duport resume o

posicionamento do grupo, como é um chamariz para que se visualize o vídeo.



Fonte: *Twitter*

Em S3, temos:

"Eu não me preocupo com a sua vida, eu me preocupo com as das crianças a quem é recusado o direito de viver e essa é para mim a maior das injustiças"

Novamente se evoca o direito e a justiça (implicada na relação com injustiça), falando-se em criança no lugar do nascituro, mais uma vez atribuindo a esta uma posição de sujeito de direito, posição que lhe é destituída por um terceiro. Na conjuntura analisada, não se fala quem opera essa destituição, mas pensamos no próprio sistema de justiça que o sujeito reclama, o qual permite o aborto, assim como aqueles que o defendem. Daí termos uma associação entre o sistema de justiça, seus defensores com o sentido de injustiça.

Em S4, observamos:

"A intolerância é o aborto. O aborto não é um direito, não podemos ter direito à vida ou à morte de uma criança!"

Na análise de S4, mais uma vez se mobiliza uma memória discursiva referente ao mundo das leis, à formação jurídica e à forma-sujeito assumida/imposta na conjuntura social

do capitalismo neoliberal, no qual há o direito para uns e não para outros. Nesse sentido, não podemos esquecer que Émile, um homem-cis³¹, em suma, que se identifica com o gênero lhe acordado em seu nascimento, nunca gestou, nem gestará. Ele é um homem branco, cis e europeu, acumulador de privilégios que fala sobre o direito à vida. Esta, no entanto, dentro da conjuntura neoliberal, é um direito restrito a um grupo seletivo. Ao pensarmos nas condições de produção desse enunciado, assim como se posiciona esse sujeito, observamos alguém que se encontra no centro de poder androcêntrico e que na sociedade francesa possui uma voz que não é silenciada, afinal esse enunciado encontra espaço para ser reproduzido na televisão. Aqui cabe um comentário sobre a formação social francesa que incentiva o debate, embora no vídeo exposto no *Twitter* haja um recorte que privilegia apenas a fala de Duport. Na verdade, ele participa de uma discussão, com comentários opostos aos seus, mas que são silenciados por essa seleção.

Tanto em S3 como em S4, entendemos um eco do discurso católico, cuja ideologia por séculos se constituiu como norma nas formações sociais. Nesses enunciados fala o discurso da Igreja, que desde o Concílio do Vaticano II, de 1962, considera o aborto um crime abominável, acusando os homens de assassinos daquilo que eles deveriam proteger (PAUL *et al.*, 1965).

Para analisarmos S5, observamos a ilustração 3 que faz parte do material publicitário encontrado no site *enmarchepourlavie.fr*. Além da questão discursiva, há um funcionamento muito forte do signo/ significante na imagem. Vemos uma pessoa com o rosto cortado e no lugar deste, há um furo, um atravessamento que nos leva a um olhar de busca. No espaço em aberto, encontramos o enunciado, as palavras, novamente uma formulação em caixa alta e com um fundo colorido. Não podemos identificar a pessoa em questão. Ela seria uma mulher? Mas porque procuramos identificá-la pelo gênero? Aqui o enunciado guia nosso questionamento nessa direção.

31 Ver Silva, Souza e Bezerra: (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados de 2019. A discussão sobre o gênero, como dissemos, começou a ganhar destaque acadêmico com o trabalho de Judith Butler e hoje ampara o movimento transexual em busca de direitos.

Ilustração 3 - S5



Fonte: Site Marche Pour la vie

S5 apresenta o enunciado:

IVG, uma parte de mim se foi.

Em francês, a formulação *s'en est allée* reforça a noção da partida, pois o pronome complemento *en* implica a partida de algo de algum lugar. Em associação à imagem, é a dupla perda dessa pessoa, pois há uma parte que saiu dela. A evidência construída pelo discurso normativo, em que pessoas de cabelo comprido e que podem realizar um aborto são tidas como mulheres, fazem-nos identificar essa pessoa como uma mulher, mesmo que incompleta, já que se menciona o aborto (IVG) no enunciado. Este é colocado como causa da parte perdida, ou seja, por ter feito um aborto, essa mulher sofreu uma perda, que não é apontada verbalmente, mas que entendemos como identitária, pois não há um rosto visível. Temos o aborto sendo significado como algo negativo e que desfigura a mulher.

Contudo, ao se falar de uma perda identitária, a sequência também produz sentidos do que seria uma identidade inteligível, tratando-se de uma mulher. Realizando uma inversão da proposição, a completude estaria na aceitação da maternidade, ainda que indesejada. A identidade feminina, no discurso religioso, é significada a partir da longa tradição Católica que vê a mãe como uma entidade sagrada, e o que nos faz pensar na associação da mãe à Virgem Maria. Como apontam Russel e Alexander (2019), o culto à Virgem teve início no século XII e fez parte de uma nova idealização do feminino. Idealização essa que produz

sentidos até hoje, com memórias do amor cortês medieval se presentificando na materialização da mulher como um símbolo de pureza e da Virgem como representante da bondade.

Em seguida, analisamos a ilustração 4, uma foto da passeata retirada também de *enmarchepourlavie.fr*. Vemos a bandeira e uma faixa com cores da França carregadas por manifestantes que associam sentidos de patriotismo à causa do grupo contra o aborto. O patriotismo é significado positivamente no discurso nacionalista e, nessa situação, ele também é colocado como objeto de ostentação e orgulho.

Ilustração 4 - símbolos pátrios



Fonte: Facebook

Apreendemos sentidos positivos de patriotismo também em S6:

"Os franceses têm um encontro marcado com a *Marche Pour La Vie* para reafirmar seu compromisso incondicional com o respeito à vida, em um momento de sua história em que a banalização do aborto é mais forte do que nunca"

Essa SD vem de uma chamada para se participar do evento de 2019, parte do dossiê de imprensa do site do grupo, em que se explica os objetivos da passeata no ano de 2019 e suas reivindicações. A sua formulação busca produzir não apenas um convite. Percebemos, em S7, que a participação no evento é posta de forma obrigatória. Entendemos que se você é um cidadão francês, logo deve participar da passeata. Considerando as condições de produção do enunciado, pensamos na filiação de discursos que remetem ao que é ser um cidadão francês, como o discurso republicano, com as memórias discursivas sobre a revolução francesa e os

ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, associados à identidade nacional. É interessante observar também que os discursos outros que operam na significação da identidade nacional, em referência aos acontecimentos históricos que falam no "ser francês", são desestabilizadores da posição da Igreja Católica, já que houve historicamente um confronto entre a Igreja e a República em sua instalação e até hoje o discurso do Estado francês é o discurso que promove um estado laico. Ainda assim, temos o efeito de que ser anti-aborto é um ato patriótico.

Tanto na ilustração 4 como em S6, o efeito de patriotismo na luta contra o aborto é muito forte. O que nos faz pensar na condição da mulher nas relações de produção capitalista, sobretudo no início do capitalismo, na época da acumulação primitiva impulsionada no mercantilismo. Como aponta Federici (2017), após a crise populacional da idade média, antes do auge do mercantilismo no século XVII, a França já praticava políticas pró-natalistas que acabaram criando uma base para políticas reprodutivas capitalistas vigentes até hoje. A França, assim como diversos países europeus, na transição do feudalismo para o capitalismo, promoveu leis que condenavam o aborto com pena de morte e que aliciavam parteiras para supervisionar às grávidas de forma que elas não interrompessem as gestações. Isto porque no mercantilismo, a grandeza das nações era concomitante ao número populacional, já que os cidadãos aumentavam as fileiras do Exército e serviam como mão de obra.

Assim que no já-dito, que permite os dizeres significarem, encontramos historicamente a noção da maternidade como parte constitutiva do ser mulher. Observamos que políticas reprodutivas por muito tempo remeteram a mulher a sua condição de fêmea, de procriadora da nação. De forma que, nesses dois casos temos ao se colocar o aborto em oposição ao patriotismo francês, um reforço da identidade feminina a partir da função materna, com uma invisibilização das demandas pela autonomia feminina no gerenciamento de seu corpo.

Já em S7 temos:

"Porque a Marche Pour la Vie é um dos únicos movimentos sociais que não é egocêntrico, mas fundado no amor pelos outros, pelos mais frágeis".

Este é um comentário online de uma participante do movimento Marche Pour La Vie, retirado do *Facebook*, que se identifica pela sua idade, 51 anos, e pelo nome de Laetita. Quando Laetita se queixa, entendemos que a maioria dos movimentos sociais atualmente é egocêntrica, ou melhor, busca atender demandas particulares. A reação contra o espaço conquistado pelos movimentos sociais na França participa da produção da reprovação

presente no enunciado, filiada a memórias de um passado de diversas manifestações e lutas políticas e sociais, como o movimento dos trabalhadores que eclodiu no evento de maio de 68. Apreendemos também a concepção de movimento social antes e depois do período que compreende as duas guerras mundiais. Temos que antes das guerras se difundia, entre o conservadorismo católico e o progressismo laico, movimento social como a formação de grupos políticos e sindicalizados, enquanto que após a guerra, com destaque para os anos 80, fala-se em uma mobilização coletiva subversiva, que protesta e que critica as formações sociais em voga (PIGENET e TARTAKOWSKY, 2012). Entendemos que este último sentido é o que age no enunciado, sentido criticado pelo sujeito.

Além disso, observamos que há menção ao amor cristão e à defesa dos mais frágeis, tópicos fundamentais na ideologia cristã e católica. Contudo, no discurso do grupo *Marche pour la vie*, que se identifica ao discurso religioso, é a criança e o nascituro que são significados como dignos desses elementos. Fala-se de amor ao próximo, mas se identifica um amor cristão que é seletivo e que, embora critique o egocentrismo dos movimentos sociais, ele próprio prioriza a defesa de uns em detrimento de outros.

Ao finalizarmos a análise do primeiro grupo, observamos no geral que a maioria das sequências colocam em evidência a criança e os seus direitos. Quando a mulher é mencionada é a partir da sua função de mãe e gestora, função que serve para lhe identificar na sociedade. Além disso, embora o grupo *Marche pour la vie*, entendido aqui tanto como os organizadores da passeata como os integrantes da causa, identifique-se com o discurso religioso, há discursos outros que atravessam o seu enunciado, com dizeres do discurso patriótico e do discurso conservador.

4.3 ANALISANDO SEQUÊNCIAS DO GRUPO *WITCH BLOC PANAME*.

Na análise das sequências discursivas do *Witch Bloc Paname*, escolhemos as seguintes SD:

Quadro 2-sequências *Witch Bloc Paname*

Nº da sequência	Enunciado
S8	“O sexismo e o fascismo se alimentam um do outro então ótimo se a gente consegue

	trabalhar juntas contra tudo isso" ³²
S9	"Nós lutamos para que o aborto continue como um direito, acessível a todos, livre, gratuito e facilmente. Para que este direito se difunda em todos os lugares" ³³
S10	bruxas abortistas ³⁴
S11	vadia raivosa e bruxa poderosa ³⁵
S12	conservadorismo da vassoura ³⁶
S13	embriões para nossas poções ³⁷
S14	"Meu corpo, minha escolha, cala a boca" ³⁸
S15	Meu útero é um auto governo ³⁹
S16	Nem Deus, nem pai, aborto para todas ⁴⁰
S17	"Entre as mulheres condenadas durante a caça às bruxas, havia fazedoras de anjos e mulheres que abortaram. Mulheres culpadas por se ajudarem, por terem permitido à várias outras mulheres de abortarem e continuarem vivas [...] Logo, faz sentido que a gente se encha de orgulho dessa história. Ter bruxas como nossas mentoras hoje, é super forte" ⁴¹

Fonte: Rosa (2020)

Passando para as sequências discursivas do segundo grupo, começamos pela análise de S8:

"O sexismo e o fascismo se alimentam um do outro então ótimo se a gente consegue trabalhar juntas contra tudo isso".

32 Tradução nossa de "Le sexisme et le fascisme se nourrissent les uns les autres donc c'est très bien si on arrive à bosser ensemble contre tout ça " .

33 Tradução nossa de "Nous militons pour que l'avortement reste un droit, accessible à toutes, librement, gratuitement et facilement. Pour que ce droit soit étendu partout. "

34 Tradução nossa de "Sorcières avorteuses".

35 Tradução nossa de "Angry Bitch & mighty witch".

36 Tradução nossa de "conservatisme du balai".

37 Tradução nossa de "des embryons pour nos potions".

38 Tradução nossa de "Mon corps, mon choix, ta gueule".

39 Tradução nossa de "Mon uterus est une Zad".

40 Tradução nossa de "Ni Dieu ni Père, PMA pour toutes".

41 Tradução nossa de "Parmi toutes les femmes criminalisées lors des chasses aux sorcières, il y avait des faiseuses d'anges et des avorteuses. Des femmes coupables de s'être entraïdées, d'avoir permis à plein d'autres femmes d'avorter et de ne pas perdre la vie [...] Cela a du sens qu'on puise notre fierté de cette histoire-là. Que des sorcières soient nos meneuses aujourd'hui, c'est hyper fort ! " .

Essa sequência vem de uma entrevista dada por um manifestante do *Witch Bloc Paname* à revista online *VICE*. Observamos que sexismo e fascismo são colocados em relação direta e vistos como inimigos do grupo feminista. A relação entre os dois é sustentada pelos dizeres produzidos pela epistemologia feminista, sobretudo da terceira onda dita pós-feminista. Os estudos feministas denunciam o sexismo, que privilegia um gênero (o masculino) em oposição a outro, como constituinte das sociedades androcêntricas e aproximam posicionamentos conservadores do fascismo, denunciando sobretudo políticas de extrema direita como fascistas, sentidos que são dados aqui pela História, filiando-se a memórias que remetem aos crimes cometidos em nome de um nacionalismo extremo.

Já em S9 temos:

"Nós lutamos para que o aborto continue como um direito, acessível a todxs, livre, gratuito e facilmente. Para que este direito se difunda em todos os lugares".

Essa sequência também vem da entrevista anterior. É importante ressaltar que os membros do *Witch Bloc Paname* não se identificam por nome, idade ou gênero e dificilmente dão entrevistas, principalmente para meios de imprensa tradicionais. A *VICE*, no entanto, é uma revista famosa por dar espaço a assuntos por vezes considerados tabus, de forma séria, mais adaptado a um público mais jovem. Temos em S9 a menção de uma luta, o que é sustentado pela história do movimento feminista e que nos remete a uma trajetória de dificuldades para se legalizar o aborto. Novamente há mobilização da epistemologia pós-feminista ao se falar em acessibilidade indistinta de gênero, em que o uso de todxs (em francês, *toustes*, juntando o pronome todos e todas em uma só palavra) tem ligação com a crítica feminista da binaridade normativa. Ao mesmo tempo, temos também a mobilização da esfera jurídica, remetendo ao sujeito que se encontra inserido numa sociedade pautada em direitos e deveres.

Em seguida, passamos à análise das imagens nº4 e nº5, postas a seguir, por conta da produção de sentidos não-verbais e pela apreensão do contexto imediato vistas nas mesmas. Na imagem nº 4, vemos uma foto das militantes, com os rostos cobertos, de preto e portando em sua maioria chapéus de bruxa. As máscaras e o preto nos fazem pensar no movimento *Black Bloc*, de cunho anarquista. O grupo se posiciona com cartazes em frente ao prédio do Conselho de Estado, instituição jurídica mais elevada do Governo, responsável por analisar os projetos de leis antes desses passarem ao julgo dos ministros. Como os cartazes são usados

em manifestações, eles apresentam enunciados curtos e não são assinados, com formulações que chamem a atenção. Eles são suportes que, na memória discursiva, são associados ao protesto. Ainda, há uma identificação simbólica das manifestantes, tanto por conta das roupas, como pelo nome do grupo, que poderia ser traduzido como Bloco de bruxas parisienses, com a bruxa, processo de identificação trabalhado mais nas sequências adiante e que tem papel central na análise das mesmas.

Ilustração 5 - Contra-manifestação 1



Fonte: VICE

Ilustração 6 - Contra-manifestação 2



Fonte: VICE

Passamos então à análise dos enunciados presentes nos cartazes.

Temos em S10:

Bruxas abortistas.

Vemos a questão discursiva reforçando a identificação pelas roupas e pela escolha do nome do grupo. Aquele que carrega o cartaz toma a palavra como sua, ao mesmo tempo em que a formulação remete a um grupo, ao coletivo das bruxas. Daí podermos dizer que o *Witch Bloc Paname* se coloca pró-aborto.

Já em S11 temos:

vadia raivosa e bruxa poderosa

Em vadia raivosa, há um deslize, a expressão usada como xingamento passa para o campo da auto-afirmação e é significada em relação com bruxa poderosa, as duas remetendo ao poder feminino. O significante em inglês, *bitch*, aponta como a cultura americana opera no enunciado. Na FD machista, a vadia é a mulher que se encontra fora do padrão aceito socialmente. No enunciado, contudo, ser vadia é entendido de forma positiva para o mau-sujeito, modalidade subjetiva em que se encontra o Witch Bloc que, na dupla identificação à vadia, como à bruxa, insubordina-se ao discurso conservador hegemônico que regula o condicionamento feminino. Novamente há um efeito de identificação em que a imagem da bruxa é retomada, mas agora como detentora de poder.

Depois, analisamos S12:

Conservadorismo da vassoura.

E S13:

Embriões para nossas poções.

Em ambos, produz-se um efeito de deboche.

Em S12, brinca-se com a noção de conservadorismo. Este não é, portanto, levado a sério pelo grupo. Ao propor um conservadorismo que não existe em termos reais (o movimento feminista não se posiciona como conservador, ao contrário), produz-se uma crítica ao mesmo. Pela vassoura, há novamente uma menção à bruxa, sentido sustentado por experiências passadas, associação presente em uma série de filmes, livros e lendas urbanas da

cultura popular. Como comentamos no terceiro capítulo, em as condições de produção do discurso feminista, embora haja um resgate da temática da bruxa atualmente no feminismo, a cultura popular durante anos tratou a mesma como vilã (podemos pensar em histórias como o Mágico de Oz ou Branca de Neve), antes de significá-la em heroína, criando novas histórias em que a bruxa é significada numa relação de identificação com o público jovem (exemplos disso são séries como Sabrina, a aprendiz de feiticeira e filmes como Jovens bruxas).

Em S13, as memórias culturais se presentificam em relação ao aborto e às poções mágicas. Em comparação com o discurso dos manifestantes católicos, não se reveste à gestação com sentidos de afeto. Um apontamento disto é termos dizeres científicos se materializando no emprego de embrião no lugar de criança, já que o primeiro significante nesse enunciado remete ao biológico, enquanto o último, por conta de toda uma memória discursiva, de acontecimentos históricos ligados sobretudo às mudanças na posição jurídica e social da criança após a revolução industrial, produz na FD católica sentidos de proteção e de humanização.

Em seguida, observamos a ilustração 7, foto de uma pichação feita no asfalto pelo coletivo feminista durante a *Marche pour la vie*. Pichar é considerado socialmente como um ato de transpasse e, na FD conservadora, como um ato de degradação do patrimônio público. Nesse sentido, pensando no *Witch bloc* como um grupo que se identifica com o movimento black bloc, temos a produção de uma militância que toma as ruas da cidade, marcando o espaço com as suas demandas.



Ilustração 7 - assinatura

Fonte: Facebook

Passamos para S14:

"Meu corpo, minha escolha, cala a boca"

Há uma paráfrase do enunciado “meu corpo, minhas regras”, como ficou famoso no Brasil, sustentado pelo movimento feminista em busca de respeito ao corpo feminino. Aqui ele ganha aqui uma nova formulação pautada no confronto, sentido este reforçado pelo suporte, que na maioria das sociedades ocidentais é considerada como vandalismo. Dessa posição de ataque, reivindica-se a gerência do corpo, o que quer dizer que, se há um pedido por respeito, é porque na formação social pautada no androcentrismo e regulada pelos discursos hegemônicos do Governo e da religião, o corpo feminino ainda é subjugado.

Encontramos essa mesma questão em S15:

Meu útero é um auto governo.

O enunciado vem de um cartaz do *Witch Bloc Paname*, também durante a contra-manifestação. Se há a necessidade de se afirmar a gerência do corpo, é porque ela não se encontra garantida completamente, sobretudo quando se fala em útero, que no enunciado, na FD feminista, leva-nos a toda uma rede de dizeres sobre gestação, maternidade e reprodução compulsória. Daí entendermos que há um confronto por conta da demanda de autonomia entre a posição assumida pelo Witch Bloc e o Estado. Ao falar em auto governo (tradução que se afasta do acontecimento que opera na menção em francês *zad*), o Witch Bloc se encontra num posicionamento anarquista, desvalidando o domínio do Estado sobre si. De forma que, nesse enunciado, há um atravessamento de sentidos produzidos no discurso anarquista para o discurso feminista, no qual o sujeito, nesse caso, vê com desconfiança o funcionamento jurídico.

Esse sentido de confronto é reforçado na interpretação da ilustração 8, em que as manifestantes feministas são vigiadas pela polícia e parecem encurraladas pela mesma. No jogo de poder apreendido a partir da imagem, a polícia armada detém o controle da situação, o que não impede que o cartaz continue a ser levantado. Há resistência ao assujeitamento à Lei, materializada na imagem pela presença da polícia.



Ilustração 8 - Polícia e manifestantes
Fonte:Facebook

Podemos ligar esta interpretação com a produção de sentidos em S16:

Nem Deus, nem pai, aborto para todas.

O enunciado está presente nos cartazes nas imagens nº4 e nº5. S16 apresenta uma paráfrase de "nem Deus, nem mestre", existindo uma memória discursiva que significa o enunciado em associação ao anarquismo, ou seja, fala-se novamente em insubordinação ao Estado. O deslocamento produzido pela alteração de mestre para pai, que em francês significa também padre, e a menção a Deus, faz-nos pensar numa insubordinação à Igreja católica, ao mesmo tempo que pode também significar pai, o símbolo pilar do patriarcado, criticado na FD feminista.

Por fim, fazemos a análise de S17:

"Entre as mulheres condenadas durante a caça às bruxas, havia fazedoras de anjos e mulheres que abortaram. Mulheres culpadas por se ajudarem, por terem permitido à várias outras mulheres de abortarem e continuarem vivas [...] Logo, faz sentido que a gente se encha de orgulho dessa história. Ter bruxas como nossas mentoras hoje, é super forte".

S17 foi extraído de um comentário de uma participante, também em entrevista para a *VICE*. O olhar sobre a caça às bruxas repercute os dizeres dos estudos feministas, que reinscreve esse episódio histórico na discussão acadêmica, mas também nas rodas feministas. Aqui a bruxa é significada como a mulher vítima dessa perseguição. Para Federici (2017), eram acusadas de bruxaria as mulheres que possuíam conhecimentos naturais que as

ajudavam a controlar suas práticas reprodutivas, assim como as mulheres que possuíam um comportamento não submisso e/ou um comportamento sexual diferente daquele idealizado pela Igreja católica. Temos em S17, a partir dessa memória discursiva, a significação positiva da bruxa e um deslize da mesma, compreendida no imaginário popular como uma vilã, sentidos alimentados pelo discurso histórico androcêntrico da caça às bruxas, e que agora, no discurso feminista, é assumida, significada como heroína e símbolo de resistência.

CONCLUSÃO

Ao nos voltarmos para o discurso, buscamos entender como a linguagem opera no mundo de forma não-instrumentalizada, ou seja, pretendemos compreender o jogo político desenvolvido pelos sujeitos. Uma vez que o sujeito só existe pela e na linguagem, visto que a formação da subjetividade se dá de forma inconsciente, no sentido de que o sujeito se constitui no discurso, é vital que interroguemos quais processos discursivos o mobilizam, afetando suas vivências.

Daí pensarmos nos discursos sobre o aborto. Embora essa não seja uma discussão recente, ela continua em voga, pois envolve estruturas que persistem em nossas sociedades. Observamos nos países em que há algum nível de liberalização do aborto a presença constante de discursos de oposição. Tal embate não se limita ao campo religioso e procura se firmar nas instâncias jurídicas. Como dissemos no início, falar do aborto é falar da condição ontológica da mulher, mas sobretudo pensar na mesma dentro das relações de classe e de poder. Se a mulher é uma construção, devemos nos interrogar que discursos são esses que provocam o efeito da verdade sobre corpos e existências identificadas como femininas e todos os sentidos aí atrelados. Discursos que lutam por hegemonia, ao mesmo tempo em que buscam silenciar outras existências possíveis. Daí a discussão sobre o aborto ser também uma batalha por representação política.

Neste trabalho, propomo-nos discutir o quadro envolvendo a defesa e a proibição do aborto na França, passando, para tanto, pela escuta do discurso feminista, materializado nos textos produzidos pelo grupo *Witch Bloc Paname*, e do discurso católico, materializado nos textos dos defensores do *Marche pour la vie*. Procuramos apreender os deslocamentos dos sentidos assimilados em relação ao aborto, a partir do contraste ideológico e discursivo dos dois grupos.

Destacamos em nossa análise a importância da bruxa no discurso feminista, com o surgimento de novos processos de identificação com a mesma nos grupos feministas contemporâneos. Estes significam a bruxa como símbolo de resistência ao condicionamento de corpos. No caso do *Witch Bloc*, ao se identificarem conscientemente com a bruxa e com os sentidos negativos produzidos pelo imaginário popular em relação à bruxa, sustenta-se a posição de mau sujeito em oposição à ordem estabelecida. Posição duplamente estabelecida ao se identificarem também como anarquistas e se oporem ao controle do Estado.

Na França, em que o acontecimento histórico da caça às bruxas operou na produção do

imaginário popular da figura maléfica da bruxa, há uma grande influência da revisão epistemológica feminista que busca ressignificar esse episódio. Isto acontece com o apontamento de relações entre a questão do aborto e a imagem da bruxa. Nos estudos feministas, fala-se da bruxa como uma identidade criada pela Igreja e pelo Governo como forma de categorização de todas as mulheres insubmissas às normas vigentes, tratando-se principalmente das mulheres ligadas ao aborto, por ajudar a sua prática ou por realizá-lo.

Já nas sequências analisadas do movimento católico, no discurso cristão em que se fala de amor ao próximo, apreendemos sentidos de preferência e de exclusão, dado que se pretere a criança a mulher. Esta é relegada a segundo plano, presa a sentidos que pressupõem a maternidade como compulsória e em que a ideologia da normatividade de gênero se presentifica. Nesse discurso, naturaliza-se o papel de mãe, entendendo-o não como uma função exercida, mas como parte da essência feminina: negar a maternidade torna a mulher inteligível. Ao mesmo tempo, o discurso católico é atravessado por discursos patrióticos, conservadores e republicanos ao remeter à defesa da pátria e aos dos direitos do embrião/feto entendido como um sujeito de direito.

Ainda assim, como em *Análise do Discurso* se interroga o processo de formação de sentido, temos que estes nunca são fixos, encontrando-se em constante movimento. Propomos uma leitura entre tantas possíveis, mas que vai ao encontro do que Pêcheux objetivava com a formação da disciplina. Em outras palavras, acreditamos que é dever do analista procurar escutar os sentidos com relação a sua exterioridade, mas sobretudo estar atento a relação entre a não-transparência da linguagem e a importância da ciência no desdobramento político como não-neutra.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. F. de. **Planejamento familiar na igreja católica, entre o discurso e a prática**. 2014. Tese (Doutorado) - UNB, 2014.

AGUSTINE, C.. (N)As dobraduras do dizer e (N)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.) **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 303-312.

ALÓS, A. P.; ANDRETA, B. L.. Crítica literária feminista: revisitando as origens. **Fragmentum**, 2017, no 49, p. 15-31.

ALTHUSSER, L.. **Sobre a reprodução**. Vozes, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J.. **Entre a Transparência e a Opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Heterogeneidade enunciativa(s)**. Trad. CM Cruz e JW Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, 1990, vol. 19, p. 25-42.

BARATTO, G.. A descoberta do inconsciente e o percurso histórico de sua elaboração. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29 n. 1, p. 74-87, mar. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 abr. 2020.

BARONAS, R. L. (org). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.

BARRAL, M. J. (ed.). *Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres*. Icaria Editorial, 1999.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 5ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2019.

BECK, M.; ESTEVES, P. M. da S. O sujeito e seus modos—identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. **Leitura**, 2012, vol. 2, no 50, p. 135-162.

BHABHA, H.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRÉHAUX, K., «Du droit à l'avortement à la PMA pour les couples lesbiens et les personnes célibataires: les figures de l'autonomie des femmes?», *Droit, Santé et Société*, 2018/5 (N° 5-6), p. 15-23. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-droit-sante-et-societe-2018-5-page-15.htm>. Acesso em: 05 de junho 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R.. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise

de conteúdo. **Texto contexto enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CHAUÍ, M.. **O que é ideologia**: coleção primeiros passos, n. 13. 2004.

DE ARAÚJO RAMOS, E. Er.. Teoria política feminista e crítica à cidadania liberal. **Revista Direito e Práxis**, 2016, vol. 7, no 2, p. 133-160.

DE GOUGES, Olympe. *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*. République des Lettres, 2012.

DIAS, C.. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 44, n. 3, p. 972-980, 2015.

FERREIRA, N. P.. Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. **Ágora** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 113-131, June 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982002000100009>.

FONSECA, R. O.; BECK; M.; ESTEVES; P. M. **O marxismo de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7288_Fonseca_Rodri go.pdf. Acesso em: 16 de maio 2020.

GARCIA, C. C.. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GONZÁLEZ VÁZQUEZ, A.. Los conceptos de patriarcado y androcentrismo en el estudio sociológico y antropológico de las sociedades de mayoría musulmana. *Papers: revista de sociologia*, 2013, vol. 98, no 3, p. 0489-504.

GRANGEIRO, C. R. P.. A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux. **II SEAD-Seminário de Análise do Discurso**, 2005, p. 1-8.

HARTMANN, F.. **Sujeito do inconsciente e sujeito em análise de discurso**: diferenças e aproximações. 2005.

HERBERT, T.. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 21 - 54.

HELSSLOOT, Ni.; HAK, T.. La contribution de Michel Pêcheux à l'analyse de discours. In: *Langage et société*. 2000/1 (n° 91), p. 5-33. DOI : 10.3917/lis.091.0005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2000-1-page-5.htm>. Acesso em: 05 de junho 2019.

HENRY, A.. *Not my mother's sister*: Generational conflict and third-wave feminism. Indiana University Press, 2004.

HIRATA, H.. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, 2014, vol. 26, no 1, p. 61-73.

INDURSKY, F.. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD*, 2, p. 1-11, 2005. Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html. Acesso em: 05 de junho 2019.

LERNER, G.. *The creation of patriarchy*. Oxford University Press, USA, 1986.

MACIEL, T. S.; DA SILVA NETO, A. C. B.. **Resistência das mulheres latino-americanas: ni una menos**. Anais XIII CONAGES, v. 2, 2018, ISSN 2177-4781.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B.. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, 2010, vol. 10, no 2, p. 391.

MALDIDIER, D.. Elementos para uma história da análise do discurso. **Gestos de leitura: da História no Discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. L' iniquité du discours (textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par). Paris, Editions des Cendres, 1990. Tradução brasileira. **A inquietação do discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução Eni P. ORLANDI. Campinas, Pontes, 2003.

MOTTA, L. E.; SERRA, C. H. A.. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 125-147, Jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-447814225009>.

NARZETTI, C. N. P.. **A Formação do Projeto Teórico de Michel Pêcheux: de uma teoria geral das ideologias à Análise do Discurso**. Tese de doutorado. Dissertação de Mestrado. Araraquara/SP: UNESP, 2008.

NOMINÉ, .. O analista frente ao inconsciente. **Stylus** (Rio de Janeiro), 2012, no 25, p. 15-28.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 42, p. 21-40, 8 ago. 2011.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

_____. **A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica**. **Comciência**, 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php>. Acesso em: 05 de jun. 2019.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas: Pontes, 2012. 239p.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, Campinas, Editora da Unicamp, 1999, no 4, p. 11-16. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>. Acesso em: 05 de junho 2019.

PAUL, V. I. *et al. Gaudium et spes*. Retrieved March, v. 9, p. 2015, 1965.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69).[1969] *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. São Paulo: Unicamp, 1997, vol. 3.

_____. (1983). **Discurso: estrutura ou acontecimento?** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990

_____. Remontons de Foucault à spinoza. MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**. Paris: Cendres, 1990, p. 245-259.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et alli. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Pêcheux, M.; Fuchs, C.. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *In: Langages*, 9^e année, n°37, 1975. Analyse du discours, langue et idéologies, sous la direction de Michel Pêcheux. pp. 7-80.

PÊCHEUX, M.; GADET, F.. La langue introuvable. **CTheory**, v. 15, n. 1-3, p. 27-34, 1991.

PEREIRA, A.C.F; FAVERO, N.A.L.G. **História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência**. Anais. XIII EDUCERE. 2017. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf. Acesso em: 05 de jun. 2019.

PEREZ, O.; RICOLDI, A.. **A quarta onda do feminismo?** Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42^o Encontro Anual da ANPOCS GT8-Democracia e desigualdades. Caxambu, 2018.

PERUCCHI, J.. Dos estudos de gênero às teorias Queer: Desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, p. 1-5, 2009.

PUSSI, W. A.. **Personalidade Jurídica do Nascituro**. 2. Ed. Curitiba. Juruá, 2008

RAGO, M.. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) - **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. p. 25-37.

SEGATO, R. L.. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1998.

SILVA, F. C. da; SOUZA, E. M. F. de; BEZERRA, M. A.. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54397, 2019. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200210&lng=en&nrm=iso. access on 29 Aug. 2020. Epub Aug 2, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>.

SHIBLES, W.. The myth of “patriarchy”. *The Journal of Value Inquiry*, 1991, vol. 25, no 4, p.

305-318.

STARHAWK, M.. *The spiral dance*. San Francisco, Harper & Row, 1979.

TYLKA, T. L. (2011). Positive psychology perspectives on body image. In T. F. Cash & L. Smolak (Eds.), *Body image: A handbook of science, practice, and prevention* (pp. 56-64). New York, NY, US, Guilford Press.

TFOUNI, F. E. V.. O interdito como fundador do discurso. 1998. 122f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271087>. Acesso em: 10 jul. 2019.

TFOUNI, F. E. V.. O INTERDITO COMO FUNDADOR DO DISCURSO. **Letras & Letras**, v. 22, n. 1, 2 mar. 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Preventing unsafe abortion. *WORLD HEALTH ORGANIZATION*, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/factsheets/detail/preventing-unsafe-abortion/>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. *Safe abortion: technical and policy guidance for health systems*. World Health Organization, 2012.